

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

SATA Gestão de Aeródromos, S.A.



Índice

Sobre o Relatório	3
Mensagem do Conselho de Administração	4
Indicadores-Chave	5
A SATA Gestão de Aeródromos	6
Governance	7
Envolvente externa	11
Estratégia	16
Gestão do Risco	18
Desempenho Financeiro	21
Segmentos de Negócio	25
Aplicação de Resultados	28
Anexos	29

Sobre o Relatório

Mantendo um ciclo de reporte anual, esta publicação visa comunicar, a todos os *stakeholders*, o desempenho da SATA Gestão de Aeródromos.

O Relatório incide sobre a atividade da SATA Gestão de Aeródromos durante o ano de 2018 - referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro - abrangendo, sempre que possível, informação relativa a anos anteriores para avaliar e acompanhar a evolução do desempenho da Empresa.

Os conteúdos apresentados abrangem o desempenho individual da SATA Gestão de Aeródromos.

Adicionalmente, o desempenho financeiro, social e ambiental do Grupo SATA é apresentado no Relatório Consolidado, disponibilizado no website corporativo, o qual é já o sétimo Relatório Integrado publicado pelo Grupo. À semelhança de anos anteriores, o Relatório foi elaborado de acordo com as orientações do *International Integrated Reporting Council (IIRC)* e, em matéria de sustentabilidade, com as Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative (GRI)*.

Verificação externa

Os dados do desempenho financeiro apresentados foram sujeitos a verificação externa independente pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda..

Contactos

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação publicada neste Relatório ou sobre práticas e políticas do Grupo SATA, por favor consulte o *website* corporativo www.sata.pt ou proceda ao envio de um *e-mail* através do endereço eletrónico info@sata.pt.



Mensagem do Conselho de Administração

A servir há mais de setenta anos o Arquipélago dos Açores, o Grupo SATA fez do propósito da sua criação a sua missão de vida empresarial, sendo hoje o garante da acessibilidade ao Arquipélago, em qualquer circunstância, ao longo de todo o ano e para a totalidade das nove ilhas dos Açores.

Esta sua razão de existir justificará, em parte, a sucessiva dificuldade em encontrar um ponto de equilíbrio sustentável entre o seu desempenho financeiro e a adequação às expectativas das populações e do território. Hoje, mais do que no passado, o Destino Açores é apetecível aos diferentes mercados turísticos emissores, um longo e lento processo de consolidação no qual o Grupo SATA sempre participou.

Mas se por um lado a entrada de novas companhias aéreas beneficiou de forma significativa o desenvolvimento do Destino Açores, o facto de ver repartidos, essencialmente em época alta, os proveitos operacionais com os diversos *players* da aviação, fez aumentar, consecutivamente, o desequilíbrio da receita anual das transportadoras do Grupo SATA.

É na difícil gestão de equilíbrios, que operam as empresas do grupo. Foi igualmente neste o contexto, que o ano 2018, marcado por irregularidades operacionais registou um agravamento da dívida do Grupo, situação esta que se agudizou com a chegada do verão IATA. Ao longo de 2018, e particularmente na *peak season*, dominaram as irregularidades operacionais, particularmente, na Azores Airlines. Em consequência verificou-se o aumento de custos com a assistência prestada aos passageiros, bem como a expressiva degradação do serviço e da imagem pública do Grupo. O cenário hostil culminou no recurso excessivo ao fretamento de voos em regime de ACMI. Concorreram para agravar a situação financeira, o aumento dos preços do combustível, a ineficiência de frota Airbus A310. Por seu turno, na SATA Air Açores, a operação aérea foi afetada (embora de forma menos expressiva) por greves departamentais, que resultaram no acumular de atrasos e de cancelamentos e consequentes gastos com assistência aos passageiros afetados.

Não obstante durante 2018, registou-se um aumento na maioria dos tipos de movimentos nos aeródromos regionais face ao ano anterior, com maior incidência na Ilha do Pico (+6% de movimentos de aeronaves) e na ilha do Corvo (+ 13% de movimentos de passageiros). O aeródromo do Pico manteve uma vez mais a liderança dos quatro aeródromos.

Do ponto de vista interno, agosto foi um mês relevante. Toma posse o novo Conselho de Administração e, com este, renasce a tímida esperança de um novo recomeço.

Em traços sumários, são retomadas algumas medidas do plano de reestruturação traçado em 2017, em vigor para os cinco anos subsequentes. Não obstante, é esperado que a implementação de mudanças ao nível financeiro, operacional e de recursos humanos possam contribuir decisivamente para a inversão do ciclo negativo dos últimos anos. Algumas medidas que visaram a reestruturação da dívida financeira, produziram efeitos antes mesmo do final do ano, assim como se registaram poupanças no consumo de combustível por via da entrada da nova frota ao serviço da Azores Airlines. Por outro lado, é espectável, que assim que concluída a renovação da frota venham a ser progressivamente mitigadas as irregularidades da operação e os custos inerentes à assistência a passageiros.

Sem ignorar os tímidos sinais de melhoria que se anunciam, existe a consciência coletiva de que há um longo caminho a percorrer, e que este caminho será trilhado, diariamente, por todos quantos fazem parte do universo do Grupo SATA.

O ano 2019 será certamente um ano difícil, mas importante para o Grupo SATA. A implementação bem-sucedida de novas medidas de reestruturação contribuirá para o futuro mais consolidado das suas empresas.

Indicadores-Chave

ECONÓMICO	2016	2017	2018	Varição 18/17
Resultado operacional (milhares €)	265	(46)	1.658	3.704%
EBITDA (milhares €)	290	(15)	1.689	11.360%
EBITDAR (milhares €)	303	1	1.696	169.500%
Dívida líquida (milhares €)	2.851	930	925	-0,5%
OPERACIONAL	2016	2017	2018	Varição 18/17
Total de movimentos de aeronaves (MOV)	5.494	5.735	5.952	4%
Total de movimentos de passageiros (PAX)	234.504	251.239	270.606	8%
Carga + correio nos aeródromos (kg)	1.039.709	1.018.577	1.017.088	-0,15%
SOCIAL	2016	2017	2018	Varição 18/17
Colaboradores (N.º)	24	19	25	32%
Horas de formação (N.º)	592	269	488	81%
AMBIENTAL	2016	2017	2018	Varição 18/17
Taxa de valorização* (%)	58%	58%	76%	18 p.p.
Derrames*	0	0	0	0%

*Valores referentes ao Grupo SATA

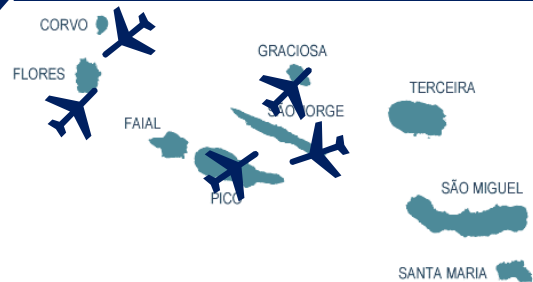
A SATA Gestão de Aeródromos

A SATA

A SATA é atualmente um Grupo constituído por seis empresas com personalidades jurídicas distintas: SATA Air Açores, SATA Internacional - Azores Airlines, Azores Airlines Vacations Canada e Azores Airlines Vacations America, SATA Gestão de Aeródromos e SATA SGPS, cujo centro de decisão está localizado na Região Autónoma dos Açores, ilha de São Miguel, cidade de Ponta Delgada. Estas empresas têm assumido um papel relevante nas acessibilidades dos habitantes das ilhas dos Açores e como instrumento indispensável à consolidação e desenvolvimento económico e social da Região Autónoma.

A SATA Gestão de Aeródromos | 100% SATA Air Açores

Constituída em 2005, gere quatro das nove infraestruturas aeroportuárias existentes na Região Autónoma dos Açores (Pico, Graciosa, Corvo e São Jorge) e a Aerogare das Flores. Promove e executa o planeamento e a exploração do serviço público de apoio aeroportuário à aviação civil.



Missão

Desenvolver de modo sustentado toda a atividade de transporte aéreo relacionado com os Açores através de uma operação com vocação atlântica assente num serviço fiável, hospitaleiro e inovador.

Valores



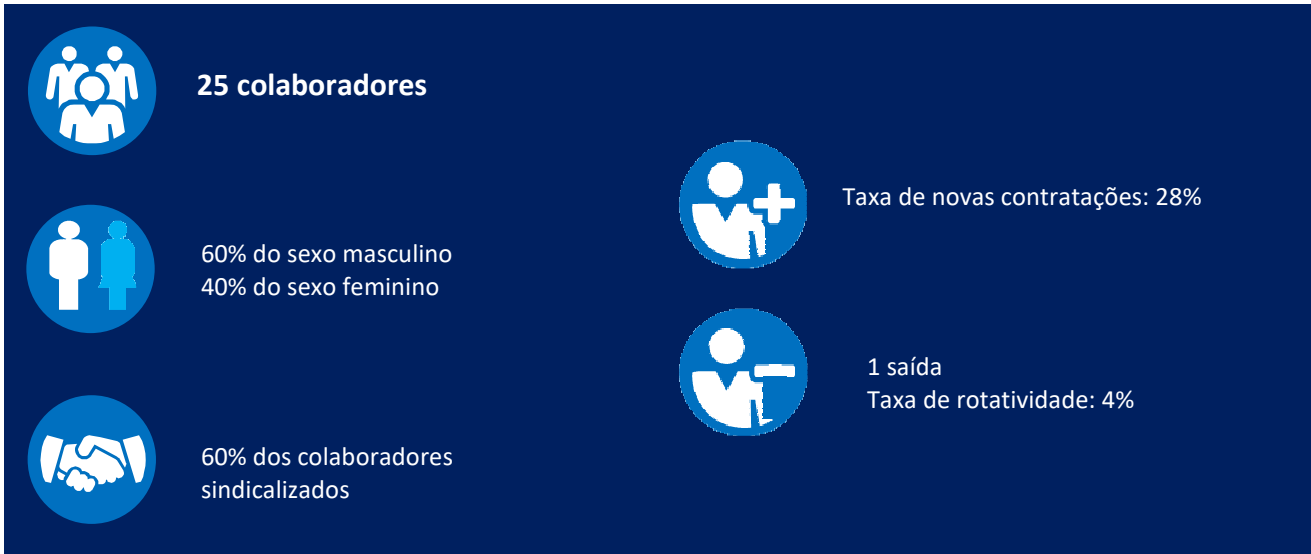
A SATA aposta na hospitalidade do seu serviço. A bordo e em terra faz por oferecer um serviço atento e cuidado, bem como procura transportar, para onde quer que voe, a genuinidade, simplicidade e amabilidade da alma açoriana.

A SATA faz da pontualidade das suas ligações e fiabilidade da sua ação um ponto primordial no seu desempenho, procedendo a constantes auditorias na procura constante de alcançar a excelência na sua atuação.

O Grupo SATA elegeu o valor inovação como principal vetor da sua atuação. Ao longo dos últimos anos, tem apostado nas novas tecnologias, com o objetivo de oferecer aos passageiros e aos seus parceiros soluções cómodas, inovadoras e práticas.

A Equipa SATA Gestão de Aeródromos

No final de 2018, a SATA Gestão de Aeródromos contava com 25 colaboradores.



Governance

A SATA atua no sentido de garantir que a sua estrutura e funcionamento organizacionais se encontram devidamente alinhados com os Princípios de Bom Governo do Setor Empresarial do Estado e com as boas práticas internacionais. Os órgãos sociais e colaboradores desenvolvem as suas atividades com salvaguarda de questões éticas e de acordo com os padrões de conduta recomendados.

Princípios do Governo de Sociedade

A SATA fomenta internamente uma cultura de controlo, segregação de funções e prevenção de conflitos de interesses, e ao mesmo tempo, promove também o princípio da transparência e integridade com o mercado.

Com vista a garantir o envolvimento de todos os seus *stakeholders*, a SATA procede à divulgação de todas as informações de carácter corporativo, estratégico e relacionadas com alterações da sua envolvente que afetem a sua operacionalidade, de forma responsável e verdadeira. A elaboração de pareceres sobre a situação económico-financeira da SATA, assegurada pelo seu órgão de fiscalização, contribui para a tomada de decisão informada por parte do acionista.


- Adaptabilidade
- Auditoria
- Prevenção de conflito de interesses
- Controlo
- Integridade com o mercado
- Respeito
- Responsabilização
- Segregação de funções
- Transparência



Órgãos de Gestão – SATA Gestão de Aeródromos

A estrutura de Governo das empresas da SATA assenta no Modelo Latino, que prevê a existência de 3 órgãos de gestão, encontrando-se perfeitamente definidos, nos estatutos societários as suas funções e as suas regras de funcionamento.

Os órgãos sociais atuais da SATA Gestão de Aeródromos foram eleitos a 13 de agosto de 2018, para o triénio 2018-2020.

Responsabilidades

Assembleia Geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e aprovar documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, deliberando sobre a aplicação de resultados do exercício, alterações de participação de capital, aumentos de capital e contratação de empréstimos (nas condições previstas); • Analisar e aprovar as linhas e as orientações de carácter estratégico; • Eleger os membros dos órgãos sociais, definindo a fixação e alteração da sua remuneração.
--	--

Fiscal Único 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar a administração da empresa relativamente ao cumprimento da lei, estatutos e regulamentos aplicáveis; Verificar e elaborar um parecer sobre os documentos de prestação de contas através da realização de auditorias internas, assegurando o cumprimento dos <i>standards</i> internacionais definidos.
Conselho de Administração 	<ul style="list-style-type: none"> Gerir os negócios da empresa e tomar decisões relativas ao objeto social que são da sua exclusiva competência e responsabilidade; Aprovar os principais objetivos, políticas e orientações de gestão; Monitorizar e garantir o alinhamento dos objetivos, políticas e orientações com as atividades a desenvolver, no sentido de satisfazer e maximizar os interesses do acionista.

Assembleia Geral



Nome do Presidente	Nome do Secretário	Reuniões	Remuneração
Noé Venceslau Pereira Rodrigues	Joana Torres Decq Mota	<p>N.º reuniões: 4</p> <p>% de participação: 50%</p> <p>Principais deliberações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fixação da remuneração do novo Vogal do Conselho de Administração - Aprovação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2017 - Deliberação sobre a Proposta de Aplicação de Resultados - Eleição dos membros para os órgãos sociais para o triénio 2018-2020 - Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade 	A política de remunerações da SATA não contempla qualquer componente remuneratória relativamente aos membros que compõe a Assembleia Geral, pelo que estes não auferem qualquer remuneração pelo exercício das suas funções enquanto membros que compõe este órgão social.

Fiscal Único

Nome do Fiscal Único	Data da primeira designação	N.º de mandatos	Duração do mandato	Remuneração
Catarina Isabel Furtado Pacheco	2017	Primeiro mandato	3 anos civis	A remuneração do Fiscal Único é de 7.730€ pelos serviços de auditoria e revisão legal das contas efetuados.
Duarte Félix Tavares Giesta	Suplente	-		

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 administradores executivos, encontrando-se perfeitamente definidas quais as responsabilidades e as áreas de competência do negócio de cada um.

Nome do membros do Conselho de Administração	Pelouros	Indicadores
<p>Presidente da SATA Gestão de Aeródromos <i>Chief Executive Officer</i></p> <p>António Luís Gusmão Teixeira</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretariado Geral • Gestão de Aeródromos • Direção de Handling • Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão • CCO • Gabinete de Auditoria e Qualidade de Serviço • Direção Geral Comercial • Gabinete de Comunicação Institucional e Imagem • Direção de Contabilidade e Finanças • Serviços Jurídicos e Corporativos 	<p>N.º reuniões: 26</p> <p>% de participação: 100%</p> <p>Principais deliberações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apreciação do Relatório e Contas relativo à SATA SGPS, referente ao exercício de 2017 e, em virtude, deliberação de requisição ao Presidente da Assembleia Geral de convocação de Assembleia Geral, a fim da mesma deliberar o que acionista entender mais conveniente. <p>Remuneração:</p> <p>A política de remuneração dos membros do Conselho de Administração é definida de acordo com os Estatutos do Gestor Público Regional e com os Estatutos da SATA. A remuneração dos membros do Conselho de Administração é constituída por uma componente fixa, que, de acordo com o artigo 25º dos Estatutos do Gestor Público Regional, é fixada por deliberação em Assembleia Geral, sendo que na sua determinação existem três fatores que são tidos em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As responsabilidades assumidas, complexidade e exigência das mesmas; - Desempenho do membro do órgão social; - Práticas remuneratórias dos principais pares. <p>Os membros do Conselho de Administração só auferem remuneração pelas funções de gestores públicos que desempenham na SATA Air Açores.</p>
<p>Vogal Executivo da SATA Gestão de Aeródromos</p> <p>Ana Maria da Silva Azevedo</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • DGO • Accountable Manager • Gabinete de Segurança • Gabinete de Monitorização da Conformidade • Gabinete de Segurança Operacional • Gabinete de Inflight • Direção de Operações de Voo • Direção de Treino e Formação • Direção de Treino e Instrução de Tripulações • Direção de Manutenção e Engenharia • Direção de Operações Terrestres 	
<p>Vogal Executivo da SATA Gestão de Aeródromos</p> <p>Vítor Manuel Francisco da Costa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Direção de Recursos Humanos • Gabinete de Legislação e Relações Laborais • Direção de Sistemas de Informação • Gabinete de Segurança, 	

	<p>Saúde e Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> • CFAA • Direção de Compras e Logística 	
 <p>Presidente da SATA Gestão de Aeródromos <i>Chief Executive Officer</i></p> <p>Paulo Menezes Cessou funções a 13 de agosto de 2018.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Operações • Jurídico • Gestão de aeródromos • Comunicação e imagem 	
 <p>Vogal Executivo da SATA Gestão de Aeródromos</p> <p>Isabel Barata</p> <p>Cessou funções a 13 de agosto de 2018.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comercial • Coordenação e controlo operacional • Auditoria e Qualidade de Serviço 	
 <p>Vogal Executivo da SATA Gestão de Aeródromos</p> <p>João Trabuco Nunes</p> <p>Cessou funções a 13 de agosto de 2018.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos Humanos • Centro de Formação Aeronáutica • Sistemas de Informação • Segurança, Saúde e Ambiente no Trabalho • Relações Laborais 	
 <p>Vogal Executivo da SATA Gestão de Aeródromos</p> <p>Maria Leonor Amaral Soares de Albergaria</p> <p>Cessou funções a 28 de fevereiro de 2018.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade e Finanças • Compras e Planeamento • Planeamento e Controlo de Gestão 	

Envolvente externa

O setor do transporte aéreo, especialmente a SATA, está altamente exposta às variações nos níveis de procura e consumo, ficando condicionado à conjuntura a nível internacional, nacional e da própria região.

Contexto Institucional

Na gestão do ativo paz social, os sindicatos e comissões de trabalhadores assumem-se como parceiros essenciais na definição das opções estratégicas de recursos humanos e sustentabilidade do Grupo, quando por razões exógenas e em continuidade com o verificado em anteriores exercícios, limitações de natureza legal impuseram a proibição de valorizações retributivas.

No contexto limitativo enunciado, foram apresentados oito avisos de greve, cinco referentes a técnicos de manutenção de aeronaves, em que três ficaram sem efeito, dois referentes a tripulantes de cabine e um referente a TOA/AIT.

Foi realizada uma greve da Sata Gestão de Aeródromos, assumindo natureza atípica com interrupção interpolada do tempo de trabalho, sendo impactantes na atividade operacional e resultados do Grupo.

Acresce que a natureza da atividade assegurada expõe o Grupo SATA a conflitos laborais de outras entidades, que condicionam a operação ou podem mesmo inviabilizá-la, nomeadamente greves decretadas por operadores de assistência handling e também prestadores de serviços de segurança aeroportuária.

Contexto Macroeconómico

De acordo com o relatório de Orçamento do Estado para 2019, a atividade económica e o comércio mundiais aceleraram em 2018, registando um crescimento de 3,7% e 5,2%, respetivamente. Na primeira metade de 2018, registou-se um abrandamento da atividade económica mundial, sendo expectável, no entanto, que o ritmo de crescimento da economia mundial se mantenha em 2018 e 2019. O comércio mundial deverá desacelerar nestes dois anos, embora se mantenha relativamente dinâmico (crescimento previsto pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, de 4,2% e 4%, respetivamente). Relativamente à economia da área do euro, em 2018 perspectiva-se uma desaceleração do crescimento para 2% e, em 2019, para 1,9%. Esta trajetória deverá ser influenciada pela desaceleração das exportações, em linha com a evolução prevista para a procura externa dirigida à área do euro, que deverá abrandar, em parte, devido ao enfraquecimento do comércio global na sequência da emergência de políticas protecionistas.

Nas restantes economias avançadas, destaca-se a desaceleração da economia do Reino Unido, cujo crescimento, após um pico de 2,9% em 2014 se reduziu para 1,7%, em 2017 e antecipa-se que continue a descer para 1,4%, em 2018, e 1,5%, em 2019, ano que deverá ficar marcado pela saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*). Prevê-se também uma desaceleração da atividade económica nos EUA em resultado das tensões comerciais, e do desvanecimento das medidas de estímulo orçamental.

Estima-se que a procura interna da área do euro mantenha um crescimento moderado, suportado por condições de financiamento favoráveis, pelo aumento do rendimento disponível das famílias e pela evolução positiva do mercado de trabalho (a taxa de desemprego deverá diminuir de 9,1% em 2017 para 8% em 2019).

Destaca-se a crescente tensão entre os EUA e o Irão e a China que, por sua vez, impulsionou o preço do petróleo para níveis acima de 80 USD/barril (cerca de 69 EUR/barril) no final de setembro. Estes valores situam-se cerca de 24% acima dos verificados no final de 2017.

PIB, taxa de variação, em %

	2018E	2019P	2020P
Economia mundial	3,7	3,5	3,6
Economias avançadas	2,3	2	1,7
EUA	2,9	2,5	1,8
Canadá	2,1	1,9	1,9
Zona Euro	1,8	1,6	1,7
Reino Unido	1,4	1,5	1,6

E - Estimativa

P - Projetado

Fonte: FMI, World Economic Outlook Update, janeiro 2019

Conjuntura Nacional

No horizonte 2018-2021, de acordo com as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração (1,8%, 1,7% e 1,6%, respetivamente em 2019, 2020 e 2021). As projeções para o crescimento do PIB em Portugal encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE), no âmbito do exercício de projeção do Eurosistema de dezembro de 2018. Apesar da trajetória de desaceleração projetada para o emprego, este deverá permanecer o principal fator contributivo para o crescimento do PIB per capita em média no horizonte de projeção.

As exportações de bens e serviços foram a componente da procura global que mais contribuiu para a recuperação da economia portuguesa iniciada em 2013. Este traço irá manter-se em 2018-2021. O peso do consumo privado no PIB manteve-se relativamente inalterado no período de recuperação que se seguiu a 2013.

PIB, taxa de variação, em %

	2017	2018 P	2019 P	2020 P	2021 P
PIB	2,8	2,1	1,8	1,7	1,6
Consumo privado	2,3	2,3	2,0	1,8	1,6
Consumo público	0,2	0,7	0,1	0,0	0,2
Formação Bruta de Capital Fixo	9,2	3,9	6,6	5,9	4,9
Procura Interna	3,0	2,4	2,4	2,2	2,0
Exportações	7,8	3,6	3,7	4,0	3,6
Importações	8,1	4,1	4,7	4,9	4,2
Emprego	3,3	2,2	1,2	0,9	0,4
Taxa de Desemprego	8,9	7,0	6,2	5,5	5,3

P - Projetado

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2018

Conjuntura Regional

De acordo com os dados publicados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores, a taxa média de inflação nos Açores foi de 1,21% (enquanto que a média nacional foi de 1,4%), registando uma redução de 0,2 p.p. relativamente a 2017.

A taxa de desemprego regional no 4º trimestre (8,5%), situou-se acima da média nacional (6,7%), o que corresponde a um aumento de 0,2 p.p. relativamente ao trimestre homólogo. A taxa de desemprego anual fixou-se nos 8,6%, registando-se uma redução de 0,4 p. p. face ao ano anterior.

No que diz respeito à taxa de emprego, por setores de atividade nos últimos três meses do ano, comparativamente com o período homólogo, verificou-se um acréscimo nos setores primário e secundário, 1,4% e 5,1% respetivamente, verificando-se um decréscimo de 2,7% no setor dos serviços.

Relativamente à evolução das dormidas, de janeiro a dezembro de 2018, os diversos tipos de estabelecimentos hoteleiros da Região Autónoma dos Açores registaram um aumento das dormidas face ao ano anterior – apuraram-se 2.563,6 mil dormidas, dos quais 1.789,3 em hotelaria tradicional (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos e pousadas). Neste tipo de hotelaria, registou-se um aumento de 0,1% nas dormidas e um aumento de 2,6% nos hóspedes, relativamente ao período homólogo de 2017.

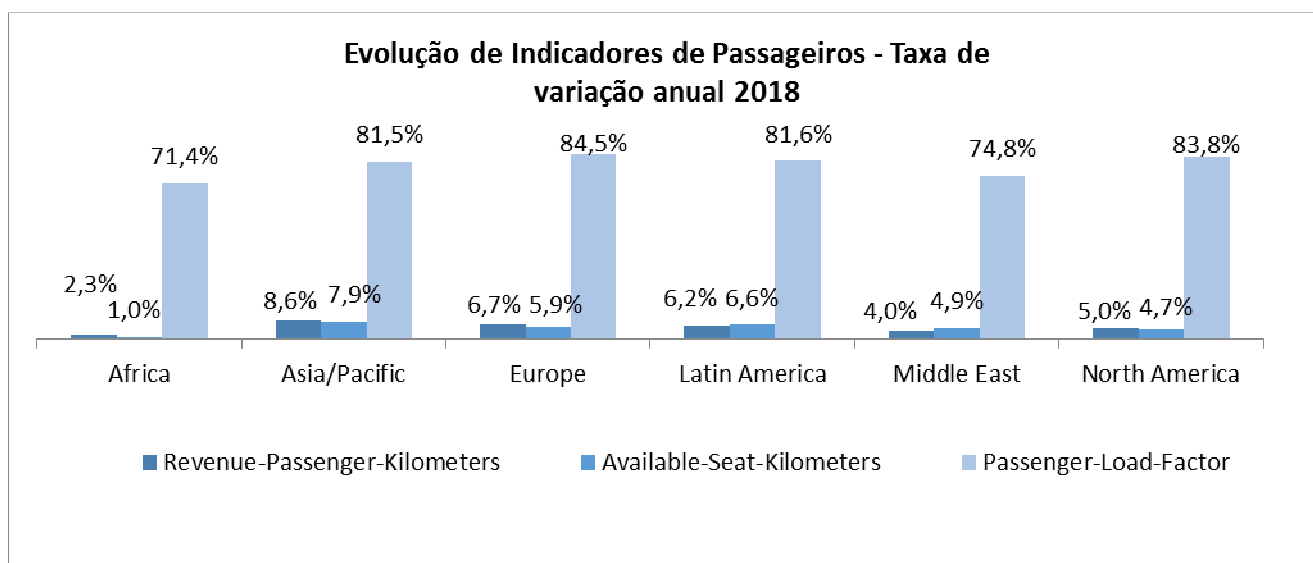
Em 2018, os residentes em Portugal registaram 782,7 mil dormidas, o que traduz um aumento de 4.2% comparativamente a igual período de 2017. As dormidas dos residentes no estrangeiro atingiram as 1.006,6 mil dormidas, refletindo uma variação homóloga negativa de 2,9%. O mercado norte-americano (EUA e Canadá) concentrou 20,5% do total das dormidas dos residentes no estrangeiro, cerca de 206,2 mil dormidas, tendo registado uma variação homóloga positiva de 8,5%.

A ilha que concentrou maior número de dormidas neste período, foi a de São Miguel, seguida da Terceira e do Faial, respetivamente com 1.245,7 mil (69,6%), 286,1 mil (16,0%) e 107,5 mil (6,0%) dormidas.

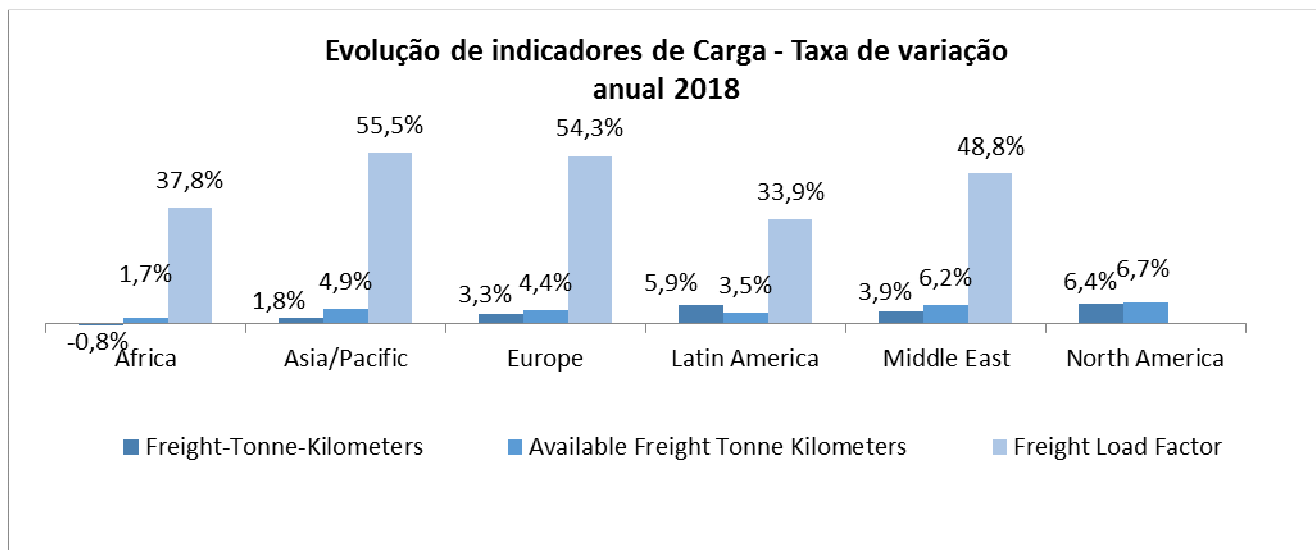
Os proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros somaram 94,5 milhões de euros, correspondendo a uma variação homóloga de 7,9%. Os proveitos de aposento somaram 70,5 milhões de euros, equivalendo a um aumento de 10,9%, em comparação com o período homólogo.

Contexto no Setor de Transporte Aéreo

Em 2018 verificou-se um crescimento no tráfego aéreo de passageiros de 6,6% face ao ano anterior, decorrente do decréscimo nos últimos anos dos custos de viagens, o que originou o aumento do crescimento da receita de passageiros por quilómetro (RPKs).



2018 foi também um ano de crescimento no tráfego de carga (Freight-Tonne-Kilometers – FTKs) em todas as regiões (3.5%), à exceção de África que registou um decréscimo de 0.8%.



Durante o ano manteve-se a presença da Ryanair e a TAP tem demonstrado um posicionamento de maior “agressividade” nas tarifas disponibilizadas. Para o mercado da América do Norte, a introdução do A321 permitiu passar a operação de Boston para voo diário durante todo o ano, 11 voos semanais no pico do verão, e no caso do Toronto voos diários no verão, e uma nova frequência semanal no inverno (passando de 3 para 4 voos). Prevê-se ainda a entrada da Delta Airlines no mercado açoriano em 2019 com voos diários para Ponta Delgada.

Regulação

A SATA assume, ao mais alto nível de gestão, o comprometimento em desenvolver a sua atividade, numa base diária, em conformidade com um conjunto de leis e regulamentos internacionais, comunitários, nacionais e regionais.

Principais alterações legislativas com impacto na gestão do SATA em 2018

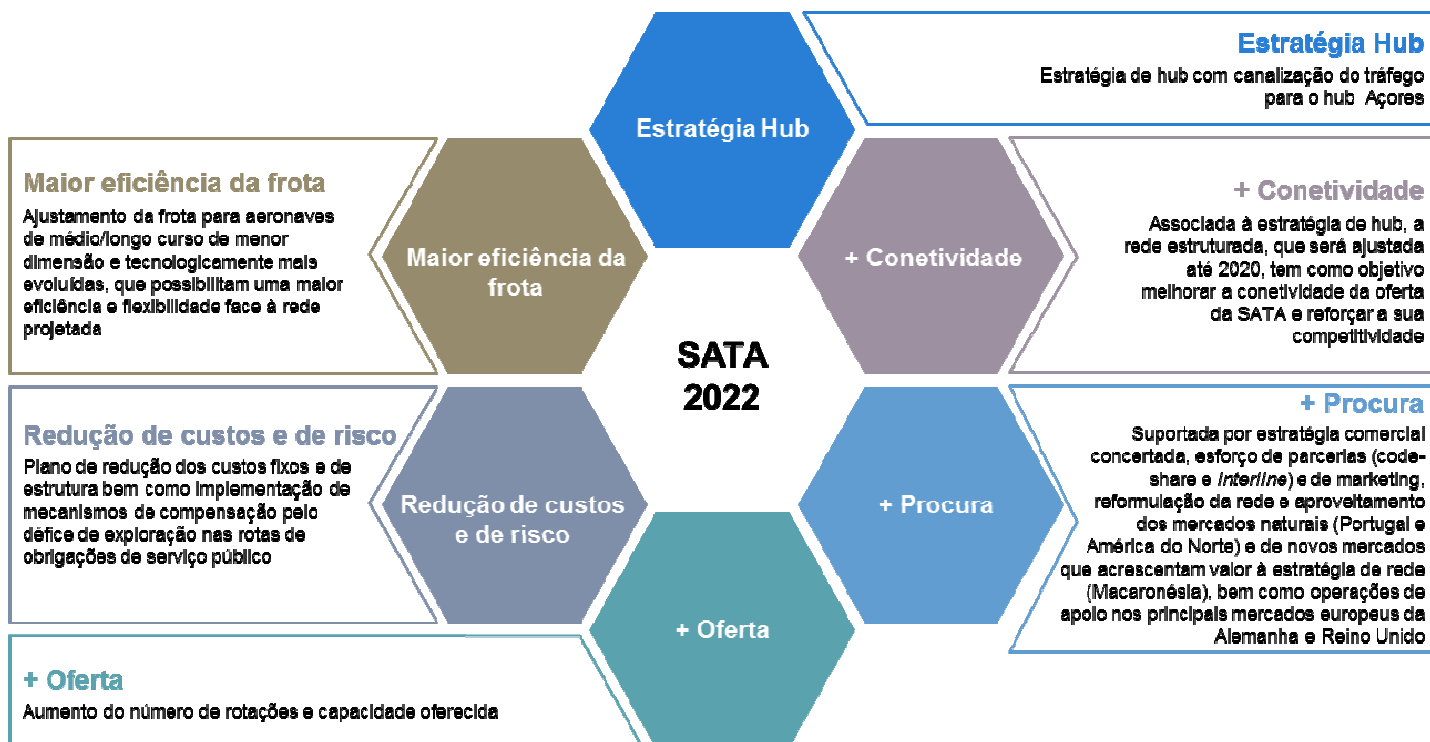
- Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro (LOE2018), impactante no exercido do direito à negociação coletiva.
- Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018/A, de 03 de janeiro (Diploma Orçamento RAA), impactante no exercido do direito à negociação coletiva.
- Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto (décima segunda alteração ao Código do Trabalho), que reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio no setor privado.
- Regulamento (CE) nº 261/2004, que concerne os direitos dos passageiros do transporte aéreo em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso considerável dos voos. O regulamento permanece inalterado, mantendo-se as orientações interpretativas emanadas pela Comissão Europeia e que refletem a jurisprudência. Assistimos, nos últimos anos, ao aparecimento de várias empresas especializadas em reclamações. Estas empresas incentivam os passageiros a reclamar, sem custos iniciais para o cliente, e recebem uma percentagem do valor da indemnização quando paga pelas companhias aéreas. Esta situação leva ao aumento de reclamações e consequente custo decorrente do pagamento das indemnizações.
- No contexto Europeu entrou em vigor o seguinte regulamento no decorrer de 2018:
 - ✓ Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) - entrou em vigor em 25 de maio de 2018 e substituiu a atual diretiva e lei de proteção de dados em vigor.
- No contexto Nacional foram publicados os seguintes regulamentos no decorrer de 2018:
 - ✓ Lei nº 52/2018, de 20 de agosto que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos legionários e altera (quinta alteração) o Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto, que aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva nº 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios;
 - ✓ Lei nº 61/2018, de 21 de agosto que altera o Decreto-Lei nº 96/2017, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares;
 - ✓ Acórdão do Tribunal Constitucional nº 319/2018, de 10 de julho que declara inconstitucionais, com força obrigatória geral, as normas dos nºs 1 a 3 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro [regime jurídico em matéria de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE)], tanto na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 224/2015, de 9 de outubro, quanto na sua versão originária;
 - ✓ Portaria nº 57/2018, de 26 de fevereiro que regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir;
 - ✓ Decreto-Lei nº 123/2018, de 28 de dezembro que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
- No contexto Regional foi publicado o seguinte regulamento no decorrer de 2018:
 - ✓ Decreto Legislativo Regional nº 15/2018/A que regula a extinção da SPRHI, S. A. e da SATA, SGPS, S. A.
- A ANAC publicou o seguinte regulamento no decorrer de 2018:
 - ✓ Regulamento nº 8/2018 que define os requisitos para a implementação do Plano de Ação Europeu para a Prevenção de Incursões na Pista (aplicável aos Aeródromos da Ilha do Pico e da Ilha da Graciosa).

Estratégia

Plano de Negócios 2017-2022

Durante o ano de 2018, o Grupo SATA prosseguiu com a operacionalização do Plano de Negócios, mantendo as decisões estratégicas anteriormente assumidas, nomeadamente sobre os mercados que o Grupo pretende servir: ligações entre os Açores, o Continente Português, a América do Norte e os arquipélagos da Macaronésia.

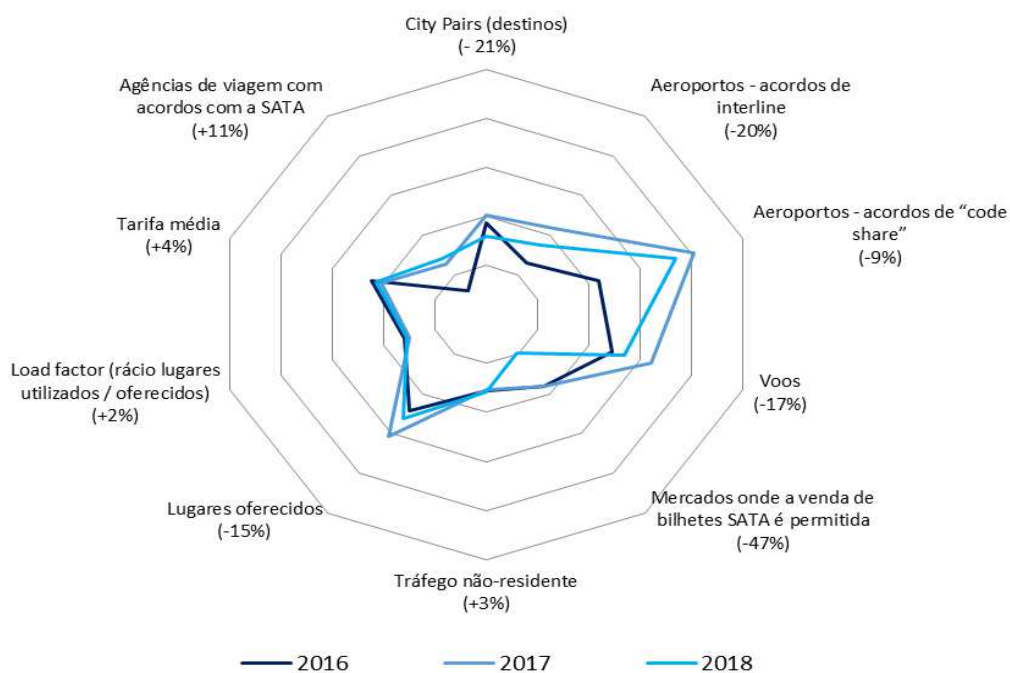
Plano de Negócios 2017-2022



Para levar a cabo este plano de negócios, a SATA continuou a incentivar a venda dos Açores como destino turístico, tendo dado seguimento à estratégia de redução de custos, intensificação da promoção da SATA e da região nos mercados onde opera, inovação e eficiência.

Em 2018, destaca-se o reforço das operações no *Hub* Açores, com a descontinuidade das rotas diretas entre Lisboa/Porto e os Estados Unidos da América/Canadá, e a sua substituição por ligações via Ponta Delgada e Terceira. Salieta-se ainda o fim das operações com as aeronaves da frota A310 e A330, com a operação longo-curso intercontinental a ser operada na totalidade pela frota A321neo, a partir de finais de outubro de 2018, com a entrada da estação de inverno IATA 2018/19.

Evolução Conetividade SATA (2016-2018) – Grupo SATA



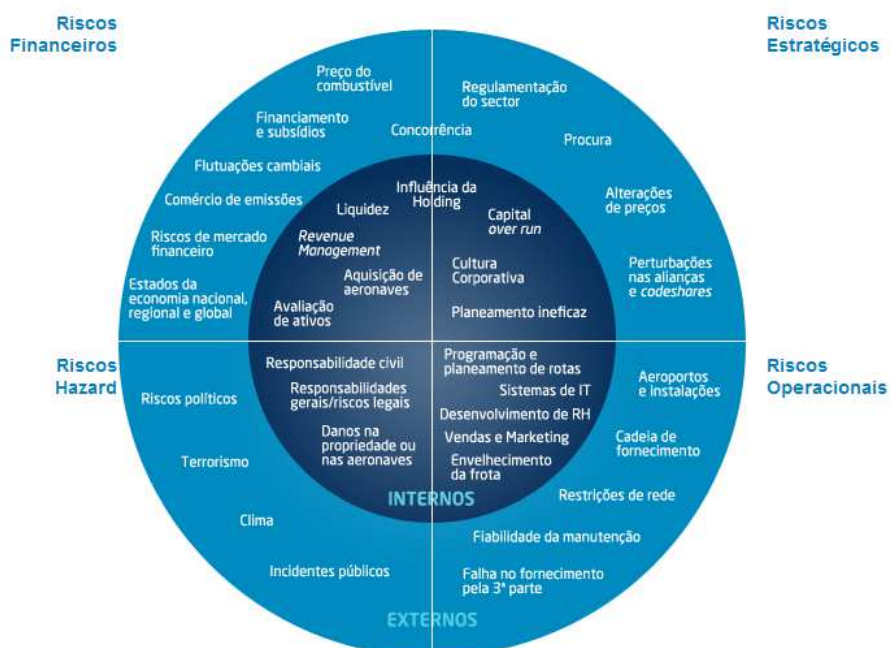
Gestão do Risco

A Gestão de Risco assume uma importância fundamental no dia-a-dia operacional e de gestão da SATA, presente em todos os processos, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, nos diferentes níveis hierárquicos da Empresa.

A gestão da SATA é suportada numa metodologia de gestão do risco, claramente definida e alinhada com as boas práticas do mercado, alinhada com a metodologia da *Enterprise Risk Management Integrated Framework/COSO II* e considera a recente norma ISO 31000:2009 – *Risk Management*. Esta metodologia visa assegurar um ambiente de controlo interno eficaz e minimizar o impacto dos riscos na organização, reduzir a incerteza e a volatilidade da sua ocorrência, tendo como fim último a sustentabilidade da SATA.

Em complemento, a SATA tem como referência a Matriz de Risco do Setor Aéreo que identifica quatro tipos de risco – riscos financeiros, riscos estratégicos, riscos *hazard* e riscos operacionais, os quais são geridos e monitorizados no dia-a-dia operacional.

Principais riscos do Grupo SATA



Mitigação dos tipos de riscos

Tipo do Risco	Risco	Como mitigar?
Riscos Financeiros	<p>Processo de reestruturação financeira</p> <p>A execução do Plano de Negócios tem associados alguns riscos operacionais, intrínsecos do setor e específicos do Grupo SATA, que são relevantes para a rentabilidade das operações e reposição da necessária sustentabilidade económica e financeira.</p>	
Riscos Estratégicos	<p>Regulamentação do Setor</p> <p>As constantes alterações ao nível da regulação e orientações internacionais a que a SATA está exposta, exigem uma monitorização orientada, eficaz e atempada para assegurar o sucesso das operações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização assegurada pelo Gabinete Jurídico, com total apoio e colaboração dos membros da Gestão.
Riscos Operacionais	<p>Safety & Security</p> <p>A segurança da operação, dos colaboradores e dos clientes é a prioridade da SATA e todas as suas operações visam a mitigação do potencial risco de segurança a que estão expostos.</p> <p>Interrupção da Operação</p> <p>Várias áreas operacionais da SATA, pela própria natureza das suas funções, podem ser afetadas por situações que podem afetar o normal funcionamento da operação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do Safety Management System (SMS) • Monitorização de dados de voo (Flight Data Monitoring) • Plano de Resposta a Emergências (Emergency Responsive Plan) • Existência medidas de security • Realização de processos periódicos de auditoria internos e externos, transversais a todas as áreas de negócio. • Avaliação de riscos profissionais com identificação dos perigos e as respetivas medidas mitigadoras, por local de trabalho e função. • Formação dos colaboradores • Medidas de Gestão de Riscos de Interrupção da Operação

<p>Riscos Hazard</p>	<p>Desastres naturais</p> <p>A atividade da SATA está sujeita a vários eventos naturais que provocam impactos significativos em termos de receita e custos: maremotos, terramotos, nevoeiros fortes e cinzas vulcânicas e eventos sociais como guerras civis, greves e ações terroristas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contratualização de seguros que não coloquem em causa a continuidade do negócio e os objetivos estratégicos da SATA. • Existência de um Grupo de Gestão de Emergência SATA, que suportado no Manual de Procedimentos de Emergência, atua nas várias situações de crise.
<p>Riscos Socio-Laborais</p>	<p>Relações laborais</p> <p>Os colaboradores da SATA estão associados a várias unidades sindicais tornando necessário a gestão dos vários processos de negociação, de forma a alinhar os vários interesses entre as partes, com vista a mitigar o risco de greves e, consequentemente, atrasos e cancelamentos de voos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um Gabinete de Relações Laborais que garante e motiva uma relação de diálogo aberto com as várias unidades sindicais.
<p>Riscos Políticos</p>	<p>Políticas regionais e nacionais</p> <p>A SATA, sendo uma empresa detida a 100% por capitais públicos tem a sua atividade assente em eventuais alterações políticas regionais e nacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Conselho de Administração adota uma postura de diálogo com o seu acionista no sentido de assegurar o cumprimento e o alinhamento dos melhores interesses das várias partes envolvidas.
<p>Outros Riscos</p>	<p>Ética e cultura organizacional</p> <p>A SATA pauta a sua atividade por princípios éticos e de responsabilidade social, tendo medidas para gerir o risco de inadequação e o não comprometimento da Empresa, Gestão e Colaboradores com estes princípios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do Código de Ética junto dos colaboradores, que integra princípios de equidade e respeito, lealdade, confidencialidade, relação com entidades externas, uso de bens da empresa, conflito de interesses e comportamentos não éticos, conhecimento e inovação, qualidade do serviço, segurança e saúde, qualidade do serviço, ambiente, responsabilidade social. Existe um canal de reporte interno de comportamentos não-éticos e de receção de reclamações relacionadas. Em 2018, a SATA não recebeu reclamações associadas a estas matérias. • Plano de Prevenção de riscos e corrupção e infrações conexas que abrange todas as operações das empresas do Grupo.

Desempenho Financeiro

O exercício de 2018 foi na SATA - Gestão de Aeródromos, S.A. marcado por uma significativa recuperação ao nível dos resultados operacionais comparativamente aos valores registados no exercício anterior contrariando assim a tendência de deterioração registada entre 2016-2017.

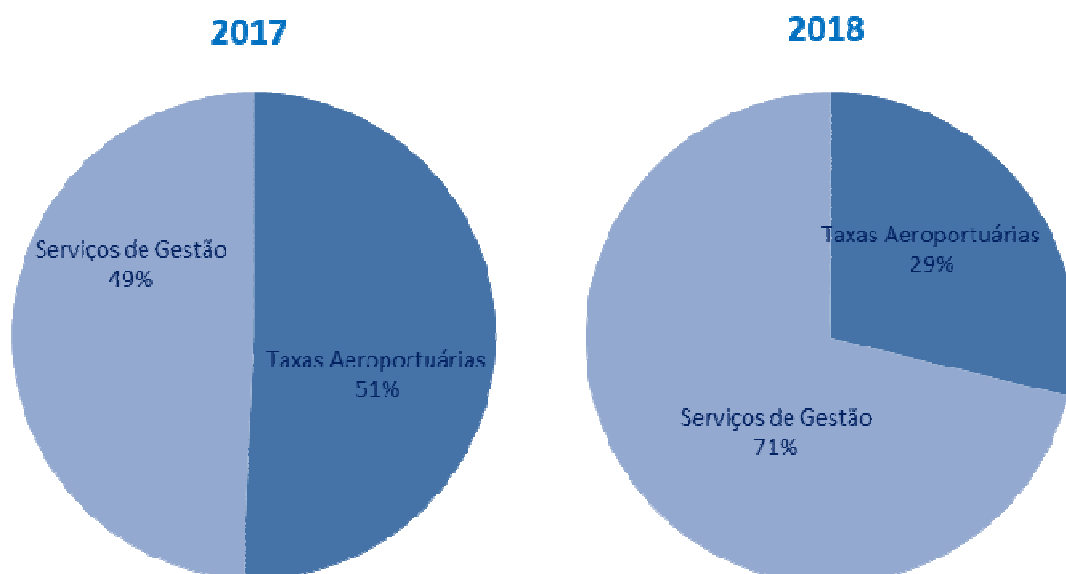
Ganhos operacionais

<i>Ganhos operacionais</i> (milhares de Euros)	2016	2017	2018
Taxas Aeroportuárias	1.501	1.522	1.463
Serviços de gestão	1.650	1.482	3.613
Outros Ganhos Operacionais	10	2	0
	3.160	3.006	5.076

No gráfico abaixo, evidenciamos as variações nas rubricas mais relevantes de rendimentos auferidos ao longo de 2018 e respetiva evolução face ao registado no exercício anterior, das quais se destaca o crescimento da rubrica de Serviços de Gestão por força da atualização do IPC relativo à faturação do período 2005-2015.



Os Rendimentos Operacionais por segmento detalham-se do seguinte modo:



Gastos operacionais

De acordo com o quadro apresentado, o volume de Gastos Operacionais registados em 2018 apresenta um aumento de 12% face ao valor registado no exercício anterior.

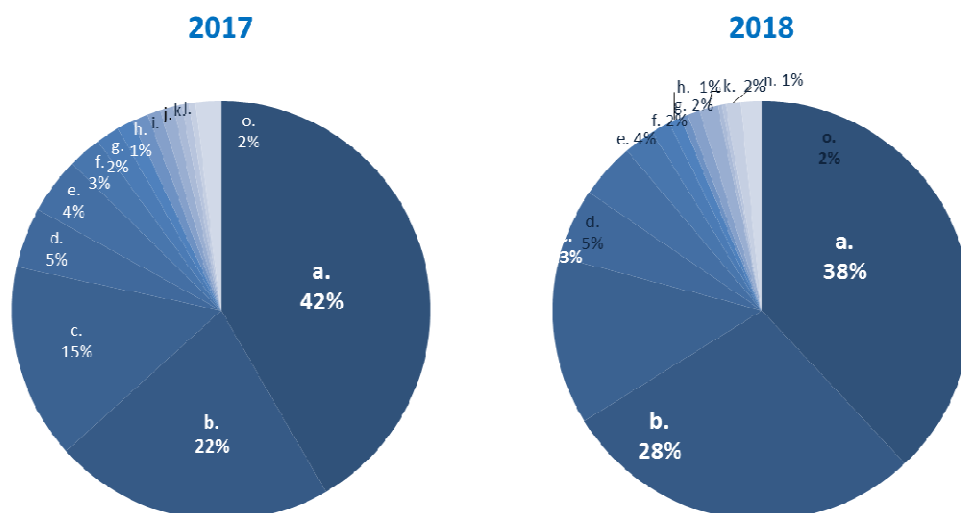
Gastos Operacionais	2016	2017	2018
CMVMC	2.833	5.979	5.696
FSE's	2.134.581	2.360.112	2.556.598
Custos com pessoal	694.142	630.963	704.766
Imparidades/Provisões	25.133	4.774	101.833
Outros gastos e perdas	13.729	19.573	18.091
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	25.115	31.349	30.173
Gastos Operacionais	2.895.533	3.052.750	3.417.158

À semelhança do verificado anteriormente, a estrutura de Gastos Operacionais da SATA Gestão de Aeródromos, S.A. mantém-se relativamente inalterada, com a rubrica de F.S.E. e Gastos com Pessoal a concentrarem o maior volume de encargos durante 2018.

Fornecimentos e Serviços Externos (milhares de Euros)

	2017	2018
a. Vigilância e segurança	983	972
b. Conservação e reparação	511	719
c. Cedência de pessoal	355	332
d. Limpeza, higiene e conforto	110	138
e. Eletricidade	103	110
f. Taxas de tráfego	61	61
g. Seguros	43	37
h. Combustíveis	29	25
i. Trabalhos especializados	29	14
j. Água	24	25
k. Honorários	24	36
l. Renda e alugueres	16	8
m. Deslocações e estadas	13	8
n. Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11	29
o. Outros	47	42
	2.360	2.557

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos assume o maior contributo para a totalidade do volume de gastos registado durante o exercício de 2018, com especial destaque para encargos incorridos no âmbito da Vigilância e Segurança, rubrica com maior ponderação no total de gastos registados na classe de F.S.E., nomeadamente encargos com Bombeiros Voluntários e P.S.P.



Resultados

A evolução dos resultados para o período 2016-2018 apresenta-se do seguinte modo:

<i>Reconciliação dos resultados</i> (milhares de Euros)	2016	2017	2018
Ganhos operacionais	3.160	3.006	5.076
Gastos operacionais	(2.896)	(3.053)	(3.417)
<i>dos quais Rendas e alugueres</i>	<i>(13)</i>	<i>(16)</i>	<i>(8)</i>
<i>dos quais Depreciações, amortizações e imparidades de ativos</i>	<i>(25)</i>	<i>(31)</i>	<i>(30)</i>
EBITDA (Result.Ops. Excl. Amortizações)	290	(15)	1.689
EBITDAR	303	1	1.696
Resultado operacional	265	(46)	1.658
Resultados Financeiros	(201)	(152)	365
Resultados antes de impostos	64	(199)	2.023
Imposto sobre o rendimento	(6)	(23)	(166)
Resultado líquido	58	(22)	1.858

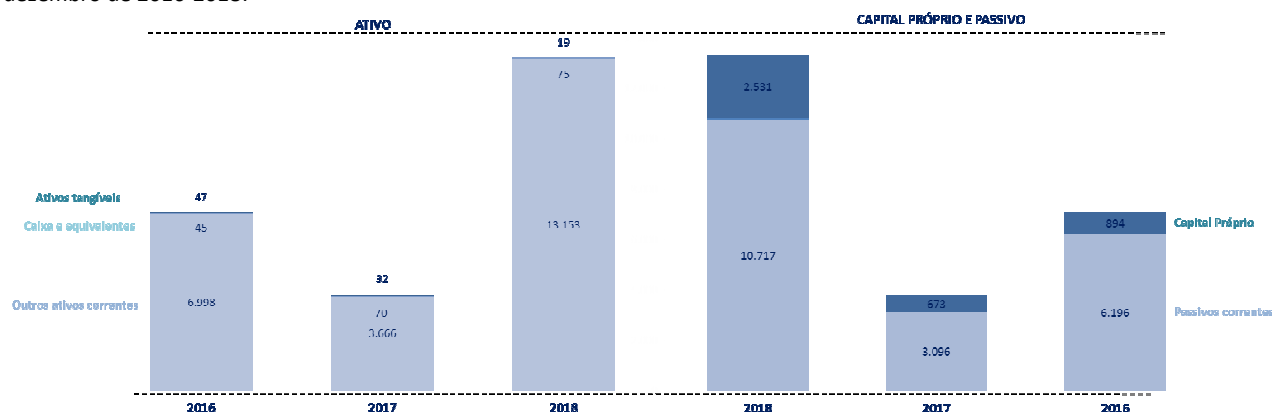
Dos valores acima apresentados pela SATA Gestão de Aeródromos S.A., evidencia-se a evolução positiva registada ao nível dos resultados operacionais, comparativamente aos valores de 2017.

O crescimento registado no volume de Ganhos Operacionais por força da atualização do IPC na faturação do período 2005-2015 justifica a melhoria registada nos resultados operacionais auferidos ao longo de 2018 comparativamente aos exercícios anteriores.

O impacto positivo dos resultados financeiros no exercício de 2018 resulta da cobrança de juros às empresas do grupo, Sata Air Açores e Sata Internacional pelos empréstimos concedidos.

Posição financeira e liquidez

Abaixo apresentamos a evolução da posição financeira em milhares de euros da SATA Gestão de Aeródromos, S.A a 31 de dezembro de 2016-2018:



Dos valores registados nas rubricas de Ativo a 31 de dezembro de 2018, importa destacar o aumento do valor a receber de empresas do Grupo (SATA Air Açores: 7 milhões de euros e SATA Internacional: 4,6 milhões de euros), fazendo a rubrica de Outras Contas a Receber variar 9,5 milhões de euros face aos 3,5 milhões de euros registados em 2017 para 13,06 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2018.

Na estrutura de Financiamento, importa destacar a evolução em cerca de 1,8 milhões de euros registada na rubrica de Capital Próprio, fruto da incorporação dos resultados do exercício de 2018, contrariando o impacto negativo imposto pelos resultados de 2017 (-222 mil euros).

No que diz respeito a rubricas de Passivo, mantém-se o grau de Endividamento, via Empréstimos Obtidos, na ordem dos 1.004 mil euros.

A rubrica de Fornecedores, no que diz respeito a fontes de financiamento, cresce em cerca de 3,1 milhões de euros face ao valor registado a 31 de Dezembro de 2017.

A evolução da dívida líquida, bem como do rácio Dívida líquida/EBITDA, apresenta-se como se segue:

Dívida líquida (milhares de Euros)	2017	2018
Financiamentos obtidos		
Não corrente	-	-
Corrente	1.004	1.004
Caixa e equivalentes de caixa	(70)	(75)
Dívida líquida	933	928
Dívida líquida/EBITDA	(62,1)	0,5

Segmentos de negócio

O Grupo SATA desenvolve a sua atividade em torno de quatro áreas de negócio.

Segmentos de negócio do Grupo SATA



03 Gestão de Aeródromos

Na SATA Gestão de Aeródromos encontra-se em vigor a Resolução do Conselho do Governo Nº 103/2016, de 25 de maio, que aprovou o plano de exploração dos Aeródromos Regionais de 2016, com um valor de investimento estimado em 7.585.406,56 €, bem como o Despacho de S. Exa. o Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, de 3 de julho de 2017, onde foi aprovado o Plano de Exploração dos Aeródromos Regionais para o ano de 2017, com um valor de investimento estimado em 3.948.500,00 €, e ainda o Despacho de S. Exa. a Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, de 10 de janeiro de 2018, onde foi aprovado o Plano de Exploração dos Aeródromos Regionais para o ano de 2018, com um valor de investimento estimado em 3.973.266,00 € e respetivas alterações aos mesmos.

Planeamento e Gestão de Investimentos

Durante o ano de 2018, a SATA Gestão de Aeródromos, S.A. concluiu os investimentos aprovados na Resolução de Conselho de Governo nº 103/2016, de 25 de maio, à exceção da “Empreitada de Construção de uma Nova Vedação Periférica para o Aeródromo da Ilha Graciosa”, por se estar a aguardar pelo parecer da ANAC quanto à altura da rede a instalar, bem como também executou alguns dos investimentos aprovados tanto no Plano de Exploração dos Aeródromos Regionais para o ano de 2017, como para o ano de 2018.

Assim, no ano de 2018 destaca-se a conclusão/execução dos seguintes investimentos:

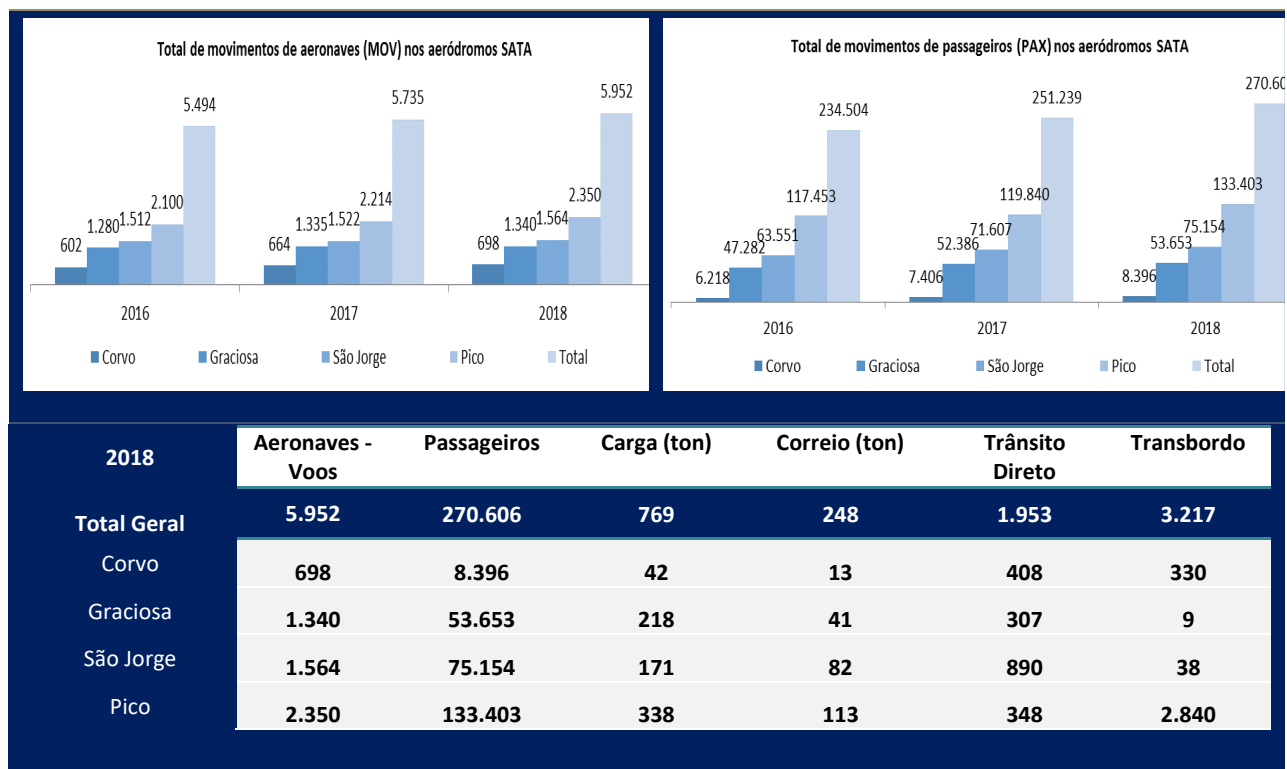
Aeródromo da Ilha do Pico	<ul style="list-style-type: none">• Conclusão da empreitada de realização de correção da sinalização horizontal e repintura da totalidade das marcações existentes no aeródromo.• Conclusão da empreitada de execução do <i>grooving</i> da pista do aeródromo.
Aeródromo da Ilha de São Jorge	<ul style="list-style-type: none">• Conclusão da aquisição de serviços de fornecimento e montagem de mobiliário para a torre de controlo.• Em curso a empreitada de realização de correção da sinalização horizontal na placa de estacionamento de aeronaves do aeródromo.• Início do procedimento de contratação da empreitada de construção do reservatório de água para reforço do abastecimento ao aeródromo.• Início do procedimento de contratação da aquisição de serviços de fornecimento e instalação de equipamento de meteorologia para o aeródromo.

Aeródromo da Ilha Graciosa	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do projeto de requalificação e ampliação da aerogare.
	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do projeto de instalação de sistemas PAPI e RTIL na Pista 09-27 do aeródromo. • Em curso a empreitada de construção do reservatório de água para reforço do abastecimento ao aeródromo. • Em curso a empreitada de construção da torre de controlo. • Início do procedimento de contratação da empreitada de instalação dos sistemas PAPI e RTIL nas pistas 09-27 do aeródromo. • Início do procedimento de contratação da aquisição de serviços de fornecimento e montagem de fornecimento de 2 Mangas de vento frangíveis.
Aeródromo da Ilha do Corvo	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão da empreitada de pavimentação da posição de espera da viatura de salvamento e combate a incêndios do aeródromo. • Conclusão da empreitada de repavimentação da pista e da placa de estacionamento de aeronaves. • Conclusão do projeto de instalação de sistemas APAPI na pista 11-29 do aeródromo. • Em curso a empreitada de realização de infraestruturas de alimentação elétrica para fornecimento e instalação de um sistema APAPI nas pistas 11-29 do aeródromo. • Em curso o fornecimento de 2 viaturas de combate a incêndios. • Início do procedimento de contratação da aquisição de serviços para elaboração do projeto de ampliação e remodelação da aerogare e do edifício SSLCI do aeródromo.
Aeródromos das Ilhas do Pico, São Jorge, Graciosa e Corvo	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do fornecimento de 4 Desfibriladores Automáticos Externos (DAE'S) para os aeródromos das Ilhas do Pico, São Jorge, Graciosa e Corvo. • Conclusão do fornecimento e instalação de 2 gravadores de comunicações para os aeródromos das Ilhas do Pico e São Jorge. • Conclusão do fornecimento e instalação de 2 detetores de vestígios de explosivos (DVE's) para os aeródromos das Ilhas do Pico e São Jorge (Canal Staff). • Em curso a aquisição de serviços de realização de campanhas de determinação do coeficiente de atrito no pavimento das pistas dos aeródromos das Ilhas do Pico, São Jorge, Graciosa e Corvo. • Em curso a aquisição de serviços de fornecimento e instalação de equipamento complementar para os SSLCI's dos aeródromos das Ilhas do Pico, São Jorge, Graciosa e Corvo. • Em curso a aquisição de serviços para a realização de levantamento topográfico de acordo com os requisitos de qualidade dos dados aeronáuticos nos aeródromos das Ilhas de São Jorge, Graciosa e Corvo.

Os investimentos realizados refletiram-se numa faturação durante o ano de 2018 que totalizou o montante de **3.507.200 € + IVA**, distribuída pelas seguintes Infraestruturas Aeroportuárias:

- Aeródromo da Ilha do Pico: 536.177€;
- Aeródromo da Ilha de São Jorge: 92.534 €;
- Aeródromo da Ilha do Corvo: 2.249.763 €;
- Aeródromo da Ilha Graciosa: 628.726 €.

Principais Indicadores 2018



Durante 2018, registou-se um aumento na maioria dos tipos de movimentos nos aeródromos regionais face ao ano anterior, com maior incidência na Ilha do Pico (+6% de movimentos de aeronaves) e na ilha do Corvo (+ 13% de movimentos de passageiros). O aeródromo do Pico manteve uma vez mais a liderança dos quatro aeródromos.

Aplicação de Resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da SATA Gestão de Aeródromos, SA, declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis em IFRS, dando uma imagem verdadeira do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SATA Gestão de Aeródromos, SA, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício positivo de 1.858.158,24€ seja aplicado em Resultados Acumulados.

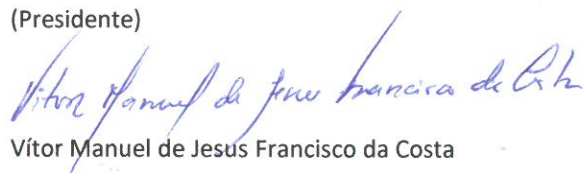
Ponta Delgada, 23 de abril de 2019

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



António Luís Gusmão Teixeira

(Presidente)



Vítor Manuel de Jesus Francisco da Costa

(Administrador)



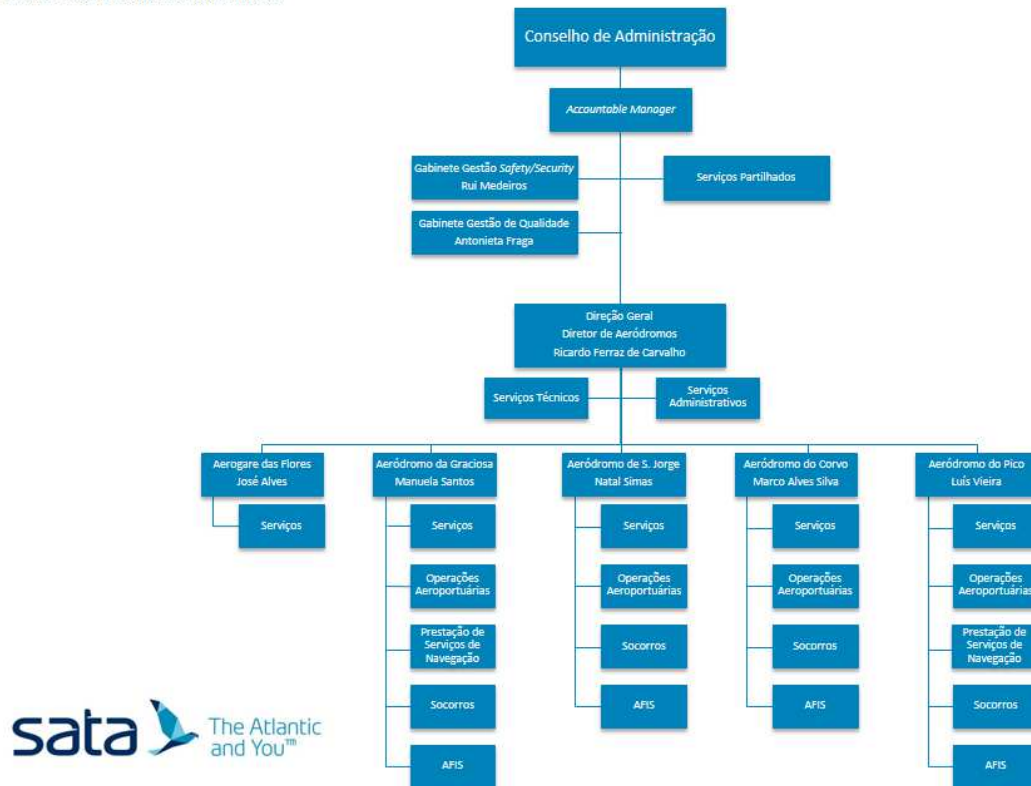
Ana Maria da Silva Azevedo

(Administradora)

Anexos

Organograma Geral Sata Gestão de Aeródromos

Organograma Geral
SATA Gestão de Aeródromos



Publicado a 07 de fevereiro de 2018

Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

SATA – Gestão de Aeródromos, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice das Demonstrações Financeiras

Demonstração da posição financeira.....	35
Demonstração dos resultados	36
Demonstração do resultado integral	37
Demonstração da alteração dos capitais próprios.....	38
Demonstração dos fluxos de caixa.....	39
Anexo às demonstrações financeiras.....	40
1. Introdução.....	40
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	40
2.1 Bases de Preparação	40
2.2 Novas normas, alterações às normas e interpretações a normas existentes.....	41
2.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras	42
3. Principais políticas contabilísticas	44
3.1 Conversão cambial	44
3.2 Ativos fixos tangíveis.....	45
3.3 Imparidade de ativos não financeiros.....	45
3.4 Ativos financeiros.....	46
3.5 Justo valor de ativos e passivos	48
3.6 Inventários	48
3.7 Clientes e Outras contas a receber	48
3.8 Caixa e equivalentes de caixa.....	48
3.9 Capital social	49
3.10 Empréstimos obtidos	49
3.11 Outras contas a pagar	49
3.12 Imposto sobre o rendimento	49
3.13 Provisões	50
3.14 Locações.....	50
3.15 Especialização dos exercícios	51
3.16 Concessão de serviço público aeroportuário	51
3.17 Rédito	52
3.18 Demonstração dos fluxos de caixa.....	52
3.19 Eventos subsequentes	52
4 Políticas de gestão de risco financeiro	53
5. Principais estimativas e julgamentos apresentados	54
6. Ativos fixos tangíveis.....	56
7. Inventários	58
8. Clientes.....	58
9. Outras contas a receber	59
10. Outros ativos correntes.....	60
11. Imposto sobre o rendimento a receber / pagar.....	60

12. Caixa e equivalentes de caixa	60
13. Capital e Reservas	61
14. Empréstimos obtidos	61
15. Fornecedores	61
16. Outras contas a pagar	62
17. Outros passivos correntes	62
18. Provisões	62
19. Serviços prestados	63
20. Fornecimentos e serviços externos.....	63
21. Gastos com o pessoal	64
22. Outros gastos e perdas	64
23. Gastos e rendimentos financeiros	64
24. Imposto do exercício	65
25. Contingências	66
26. Partes relacionadas	66
27. Eventos subsequentes.....	68

Demonstração da posição financeira

	Nota	2018	2017 reexpresso
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	18.706	32.318
Investimentos financeiros		447	447
		19.153	32.765
Corrente			
Inventários	7	1.097	1.485
Clientes	8	4.457	23.348
Outras contas a receber	9	13.057.802	3.510.591
Outros ativos correntes	10	89.688	106.984
Imposto sobre o rendimento a receber	11	-	23.379
Caixa e equivalentes de caixa	12	75.274	70.347
		13.228.318	3.736.134
Total do Ativo		13.247.471	3.768.900
Capital Próprio			
Capital social	13	250.000	250.000
Reservas legais	13	91.557	91.557
Resultados acumulados	13	331.133	552.829
Resultado líquido do exercício		1.858.158	(221.696)
Total Capital Próprio		2.530.848	672.691
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	80.000	-
		80.000	-
Corrente			
Empréstimos obtidos	14	1.003.500	1.003.500
Fornecedores	15	4.961.601	1.875.427
Outras contas a pagar	16	4.509.462	187.678
Imposto sobre o rendimento a pagar	11	136.812	-
Outros passivos correntes	17	25.248	29.604
		10.636.623	3.096.209
Total Passivo		10.716.623	3.096.209
Total do Capital Próprio e Passivo		13.247.471	3.768.900

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados

	Nota	2018	2017
Serviços prestados	19	5.075.961	3.004.122
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(5.696)	(5.979)
Fornecimentos e serviços externos	20	(2.556.598)	(2.360.112)
Gastos com o pessoal	21	(704.766)	(630.963)
Gastos/ reversões de depreciação	6	(30.173)	(31.349)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)	8	(21.833)	(4.774)
Provisões (aumentos/reduções)	18	(80.000)	-
Outros rendimentos e ganhos		30	2.261
Outros gastos e perdas	22	(18.091)	(19.573)
Resultado operacional		1.658.833	(46.367)
Gastos financeiros	23	(88.087)	(152.465)
Rendimentos financeiros	23	453.197	70
Resultados antes de impostos		2.023.943	(198.762)
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	(165.785)	(22.934)
Resultado líquido do exercício		1.858.158	(221.696)

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração do rendimento integral

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado líquido do exercício		<u>1.858.158</u>	<u>(221.696)</u>
Outros rendimentos do exercício - líquidos de imposto		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do rendimento integral do exercício		<u>1.858.158</u>	<u>(221.696)</u>

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Nota	Capital social	Reservas legais	Resultados acumulados	Resultado líquido	Total
1 de Janeiro de 2017		250 000	91 557	495 280	57 550	894 387
Rendimento integral do exercício		-	-	-	(221 696)	(221 696)
Aplicação do resultado líquido do exercício	13	-	-	57 550	(57 550)	-
		-	-	57 550	(279 246)	(221 697)
A 31 de dezembro de 2017		250 000	91 557	552 830	(221 696)	672 691
Rendimento integral do exercício		-	-	-	1 858 158	1 858 158
Aplicação do resultado líquido do exercício	13	-	-	(221 696)	221 696	-
		-	-	(221 696)	2 079 854	1 858 158
A 31 de dezembro de 2018		250 000	91 557	331 134	1 858 158	2 530 848

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10 244 994	8 405 426
Pagamentos a fornecedores		(200 025)	(2 135 096)
Pagamentos ao pessoal		(697 166)	(643 636)
Caixa gerada pelas operações		9 347 803	5 626 694
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(5 584)	(8 753)
Outros recebimentos/ pagamentos		(239 016)	45 317
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		9 103 203	5 663 258
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	(21 086)	(1 735)
Empréstimos concedidos a empresas do Grupo	9	(8 989 147)	(1 674 127)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		43	70
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(9 010 190)	(1 675 792)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	14	4 100 000	2 268 000
Empréstimos obtidos de empresas do Grupo		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	14	(4 100 000)	(4 164 000)
Empréstimos obtidos de empresas do Grupo		-	(1 903 751)
Juros e gastos similares		(88 087)	(162 465)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(88 087)	(3 962 216)
Varição de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12	70 348	45 097
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12	75 274	70 348

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

A SATA- Gestão de Aeródromos, S.A. (“Empresa” ou “SATA”) é uma sociedade anónima, com sede na Avenida Infante D. Henrique, em Ponta Delgada, foi constituída em 12 de janeiro de 2005 e tem por objeto social a exploração do serviço público de apoio à aviação civil nos Aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico e S. Jorge e na Aerogare das Flores.

O Governo Regional dos Açores, em resultado do concurso público, atribuiu à Empresa a concessão de serviços públicos aeroportuários de apoio à aviação civil, por um período de 10 anos através de contrato assinado em 1 de julho de 2005 (Nota 3.16), o qual foi renovado por mais cinco anos, com efeitos a partir de 2 julho de 2015.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de abril de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Empresa de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia (“IFRS”), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 1 de janeiro de 2018.

Na preparação das demonstrações financeiras, a SATA seguiu a convenção do custo histórico. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual se encontra dependente da realização dos seus ativos e do apoio financeiro do acionista.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 5.

2.2 Novas normas, alterações às normas e interpretações a normas existentes

Novas normas, alterações às normas e interpretações de aplicação mandatória em 31 de dezembro de 2018

As novas normas, interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2018, são como segue:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
Normas:		
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Reconhecimento do rêdito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contábilístico de instrumentos financeiros.	1 de janeiro de 2018
Alterações:		
Alterações à IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rêdito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição.	1 de janeiro de 2018
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isonção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercicios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no outro rendimento integral.	1 de janeiro de 2018
IFRS 2 - Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de janeiro de 2018
IAS 40 – Propriedades de investimentos	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento.	1 de janeiro de 2018
Melhorias às normas 2014 – 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.	1 de janeiro de 2018
Interpretações:		
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente.	1 de janeiro de 2018

* Exercícios iniciados em ou após

Com referência a 1 de janeiro de 2018, entraram em vigor as normas contábilísticas acima mencionadas, sendo de destacar a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes, sendo que apenas a IFRS 9 teve impacto na elaboração das demonstrações financeiras da SATA, nomeadamente no que diz respeito a reclassificações, conforme descrito abaixo.

Novas normas e interpretações de aplicação não mandatória em 31 de dezembro de 2018

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para exercicios anuais, que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, como segue:

Normas (novas e alterações) e interpretações que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2019, já endossadas pela EU:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IFRS 16 - Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	1 de janeiro de 2019
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contábilístico de ativos financeiros com compensação negativa.	1 de janeiro de 2019
IFRIC 23 - Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento.	1 de janeiro de 2019

* Exercícios iniciados em ou após

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2019, ainda não endossadas pela EU:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IAS 19 - Benefícios dos empregados	Obriga a usar pressupostos atualizadas para o cálculo das responsabilidades remanescentes, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do "asset ceiling".	1 de janeiro de 2019
IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial.	1 de janeiro de 2019
Melhorias às normas 2015 - 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.	1 de janeiro de 2019
IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio.	1 de janeiro de 2020
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Atualização da definição de material.	1 de janeiro de 2020
Estrutura conceitual - Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos.	1 de janeiro de 2020
IFRS 17 - Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021

* Exercícios iniciados em ou após

Relativamente às novas normas que se tornam efetivas no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, a Empresa efetuou uma análise do potencial impacto das mesmas nas demonstrações financeiras, sendo que não são estimados efeitos materiais relevantes na posição financeira e resultados da Empresa.

2.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Com referência a 1 de janeiro de 2018, entraram em vigor as normas contabilísticas IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes, as quais foram adotadas pela SATA na elaboração das suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

As principais alterações encontram-se descritas abaixo, no entanto sem impacto relevante nas demonstrações financeiras da Empresa.

IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes

A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2018.

A SATA reconhece o rêdito de acordo com o princípio nuclear introduzido pela IFRS 15, isto é, para refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante correspondente à contraprestação que a entidade espera receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo com 5 fases, nomeadamente: (i) identificação de um contrato com um cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação de um preço de transação; (iv) alocação do preço de transação a obrigações de desempenho e (v) reconhecimento do rêdito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

A Empresa adotou a IFRS 15, aplicando o método retrospectivo completo, com os impactos decorrentes da aplicação inicial da norma reconhecidos à data de 1 de janeiro de 2017. Tanto em termos quantitativos como qualitativos não foram identificados ajustamentos, atendendo à metodologia de apuramento e reconhecimento do rêdito já seguida pela Empresa.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2018. Com exceção da

contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória, mas sem a obrigatoriedade de reexpressão de informação comparativa. Para a contabilidade de cobertura, os requisitos são geralmente aplicados prospectivamente, com algumas exceções.

A IFRS 9 incorpora quatro vertentes distintas: reconhecimento e desreconhecimento, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, imparidade de ativos financeiros e contabilidade de cobertura. A Empresa adotou esta norma na sua data de aplicação obrigatória e procedeu à análise da necessidade de reexpressão da informação comparativa com referência a 1 de janeiro de 2017. Importa salientar que não foram identificados impactos quantitativos materiais decorrentes da aplicação da referida norma, nos ativos e passivos financeiros da Empresa, para além das reclassificações que visam clarificar a apresentação de ativos e passivos financeiros na face da demonstração da posição financeira.

Em termos qualitativos, a principal alteração decorrente da IFRS 9 está relacionada com a imparidade de ativos financeiros, nomeadamente contas a receber, tendo sido estabelecido um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas", que substitui o anterior modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39.

Assim, deixa de ser necessário que o evento de perda ocorra para que se reconheça uma imparidade. Este novo modelo resulta na aceleração do reconhecimento de perdas por imparidade em instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida de capital próprio (o que inclui empréstimos concedidos, depósitos bancários, contas a receber e títulos de dívida). Caso o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, deverá ser reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos próximos 12 meses. Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, deverá ser reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo. Uma vez verificado o evento de perda nos termos da IFRS 9, ou seja, uma prova objetiva de imparidade, a imparidade acumulada é diretamente imputada ao instrumento em causa, sendo o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39.

A referida alteração também não teve impactos relevantes na Empresa dado o reduzido risco de crédito do negócio.

Os ajustamentos, na demonstração da posição financeira, resultantes da adoção da nova norma IFRS 9, representam apenas reclassificações uma vez que os instrumentos financeiros da Empresa já se encontravam mensurados ao custo amortizado, tendo as demonstrações financeiras comparativas sido reexpressas em conformidade, conforme se detalha abaixo:

Valores em Euros	31 de dezembro de 2017			1 de janeiro de 2017		
	31-dez-2017	Impacto da adoção da IFRS 9	31-dez-2017 reexpresso	1-jan-2017	Impacto da adoção da IFRS 9	1-jan-2017 reexpresso
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	32.318	-	32.318	46.753	-	46.753
Investimentos financeiros	447	-	447	447	-	447
	32.765	-	32.765	47.200	-	47.200
Ativo corrente						
Inventários	1.485	-	1.485	578	-	578
Outras contas a receber	3.617.575	(106.984)	3.510.591	6.940.649	(96.805)	6.843.844
Imposto sobre o rendimento a receber	23.379	-	23.379	37.547	-	37.547
Outros ativos correntes	-	106.984	106.984	-	96.805	96.805
Cientes	23.348	-	23.348	18.875	-	18.875
Caixa e seus equivalentes	70.347	-	70.347	45.097	-	45.097
	3.736.134	-	3.736.134	7.042.746	-	7.042.746
Total do ativo	3.768.900	-	3.768.900	7.089.946	-	7.089.946
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio						
Capital social	250.000	-	250.000	250.000	-	250.000
Reservas legais	91.557	-	91.557	91.557	-	91.557
Resultados acumulados	552.829	-	552.829	495.280	-	495.280
Resultado líquido do exercício	(221.696)	-	(221.696)	57.550	-	57.550
Total do capital próprio	672.691	-	672.691	894.387	-	894.387
Passivo corrente						
Fornecedores	1.875.427	-	1.875.427	1.027.151	-	1.027.151
Empréstimos obtidos	1.000.000	3.500	1.003.500	2.896.000	13.500	2.909.500
Outras contas a pagar	220.782	(33.104)	187.678	2.272.408	(34.348)	2.238.060
Outros passivos correntes	-	29.604	29.604	-	20.848	20.848
	3.096.209	-	3.096.209	6.195.559	-	6.195.559
Total do passivo	3.096.209	-	3.096.209	6.195.559	-	6.195.559
Total do capital próprio e do passivo	3.768.900	-	3.768.900	7.089.946	-	7.089.946

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras são apresentadas em **Euros**, sendo esta a moeda funcional e de relato da Empresa.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa não apresentava saldos em moeda estrangeira.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” determinado à data de transição para IFRS e o custo de aquisição dos ativos adquiridos ou construídos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil dos respetivos ativos e na capacidade de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como elemento do custo dos respetivos ativos, sendo capitalizados enquanto ativos fixos tangíveis. Caso estas condições não sejam cumpridas, os respetivos custos são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas e valores residuais para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	Entre 5 a 12 anos
Ferramentas	Entre 5 a 12 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 a 10 anos
Outras ativos tangíveis	Entre 3 a 20 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida, na demonstração dos resultados, na rubrica de imparidade de ativos depreciables, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

3.4 Ativos financeiros

Classificação

A Empresa classifica os seus ativos financeiros de acordo com as suas características e o modelo de negócio que tem definido para gerir o recebimento dos cash flows contratuais. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores reportados pelo líquido na demonstração da posição financeira, apenas quando: i) existe um direito legalmente exercível e não oponível para compensar os referidos valores e ii) quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento, no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de default, insolvência ou falência da entidade.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

A IFRS 9 introduziu um modelo de classificação de ativos financeiros com base no modelo de negócio utilizado na sua gestão ("business model test") e nas características dos fluxos de caixa contratuais ("SPPI test"), tendo sido substituídos os requisitos anteriormente existentes, que determinavam o enquadramento nas categorias de ativos financeiros da IAS 39. A Empresa classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, de acordo com os requisitos introduzidos pela IFRS 9, conforme abaixo.

Instrumentos de dívida

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se (i) é detido para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas o pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor por outro rendimento integral se (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quer pela venda dos ativos financeiros; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicial e subsequentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as

alterações de justo valor registadas em outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros e ganhos ou perdas cambiais, valores que são registados diretamente na demonstração dos resultados. Quando o ativo financeiro é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado em outro rendimento integral é reclassificado para resultado do período.

Os ativos financeiros que não reúnam as características para enquadramento nas situações referidas anteriormente são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, categoria residual nos termos da IFRS 9.

Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são sempre mensurados ao justo valor. Os instrumentos de capital próprio detidos para negociação são mensurados ao justo valor por resultados. Para todos os restantes instrumentos de capital próprio, a Empresa pode optar, instrumento a instrumento, por, no reconhecimento inicial, apresentar as variações do seu justo valor em outro rendimento integral.

Quando a Empresa exerce opção, todas as variações de justo valor, com exceção de dividendos que configuram retorno do investimento efetuado, são reconhecidos em outro rendimento integral. Neste caso, na data do desreconhecimento do ativo, o ganho ou perda acumulado não é reconhecido em resultado do período sendo, nessa altura, transferido para resultados transitados.

Imparidade de ativos financeiros

A IFRS 9 substitui o anterior modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39 e estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas", de acordo com o qual a estimativa de imparidade é avaliada desde o reconhecimento inicial, tendo em conta a avaliação do risco de crédito.

Outras contas a receber

A SATA utiliza a abordagem simplificada prevista na IFRS 9 no apuramento e reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber e ativos de contratos com clientes. As perdas esperadas até à maturidade são registadas, tendo por base a experiência de perdas reais ocorridas ao longo de um período que foi considerado estatisticamente relevante e representativo das características específicas do risco de crédito subjacente.

O ajustamento para perdas de imparidade é registado por contrapartida de resultados do período, na rubrica de Imparidade de contas a receber.

Outros ativos financeiros

A Empresa considera que todos os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por outro rendimento integral, têm um risco de crédito nulo.

Caso o risco de crédito de um instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a Empresa reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos 12 meses seguintes.

Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, a Empresa reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

Qualquer perda por imparidade nestes ativos financeiros é reconhecida em resultado do período.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Empresa tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

3.5 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado líquido ativo, a cotação de mercado é aplicada à data de referência de relato. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido pela IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizados modelos de avaliação, cujos principais *inputs* são observáveis no mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Para alguns tipos de derivativos mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis no mercado. Nestes casos, a Empresa utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

3.6 Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra. Subsequentemente, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

O custo de aquisição refere-se a todos os custos de compra e outros custos diretos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. Por outro lado, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os inventários incluem também materiais, matérias-primas e de consumo inicialmente mensurado pelo preço de compra adicionado das despesas diretamente relacionadas com a aquisição.

O método de custeio utilizado para o registo do consumo dos inventários em geral é o custo médio ponderado.

3.7 Clientes e Outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber correntes são, inicialmente, contabilizados pelo valor da contraprestação acordada, a não ser que tenham uma componente de financiamento significativa, caso em que são contabilizados ao justo valor. A Empresa detém os saldos de clientes e outras contas a receber correntes com o objetivo de os cobrar, sendo assim, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas tendo por base a experiência de perdas reais ao longo de um período que foi considerado estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.

3.8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de empréstimos obtidos, e são considerados na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante resultante da emissão.

3.10 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros, relacionados com empréstimos, são, geralmente, reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

3.11 Outras contas a pagar

Os saldos de outras contas a pagar são, inicialmente, registados ao justo valor sendo, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado

3.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a SATA tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Processos judiciais

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo a SATA a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pelo Conselho de Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

3.14 Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a SATA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de empréstimos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a SATA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.15 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.16 Concessão de serviço público aeroportuário

Conforme indicado na nota introdutória, a Empresa tem a concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil, por um período de 10 anos através de contrato assinado a 1 de julho de 2005, renovado por mais 5 anos com efeitos a 2 de julho de 2015, nos aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico e S. Jorge e na Aerogare das Flores. Com a celebração do referido contrato de concessão, não foram transferidos os ativos construídos pela concedente (no caso concreto a “Região Autónoma dos Açores”, ou a “R.A.A.”) à Empresa, ficando esta, apenas com a responsabilidade da sua manutenção e exploração, e realização de obras por conta da concedente (as quais apenas são relevadas contabilisticamente, através de uma conta a receber, pois com o termo da concessão, tais obras revertem para a concedente).

A Empresa adota a IFRIC 12- Acordos de Concessão de Serviços (“IFRIC 12”) para a concessão anteriormente referida.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (SATA) mediante a utilização da infra- estrutura, a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infra- estruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros; e
- Já existentes e às quais é dado acesso pelo operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, a concessão atribuída à SATA encontra-se abrangida no âmbito desta IFRIC uma vez que:

- i) A concessão é exercida em regime de serviço público, nos aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico e S. Jorge e Aerogare das Flores;
- ii) As receitas da concessionária (taxas) são fixadas pelo membro do Governo Regional (concedente), após despacho favorável do membro do Governo Regional;
- iii) A extinção da concessão opera a reversão para a concedente de todos os bens do domínio público e dos demais, ainda que custeados pela concessionária, não podendo esta invocar direito de retenção ou reclamar indemnização; e
- iv) É da responsabilidade da concessionária os encargos com as obras de conservação/ manutenção/ reparação ordinárias dos edifícios e equipamentos, bem como a aquisição de novos equipamentos e outros meios necessários ao normal funcionamento e desenvolvimento dos aeródromos concessionados.

Atendendo à tipologia da concessão e seu enquadramento legal, foi entendimento da Empresa que o modelo que melhor se adequa à sua realidade é o modelo do ativo financeiro, pelo facto do operador (a Empresa), ter direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, pelo que a Empresa regista um ativo financeiro a receber (conta a receber). Através deste modelo, a entidade concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo.

3.17 Rédito

A SATA reconhece o rédito de acordo com o princípio nuclear introduzido pela IFRS 15, isto é, para refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante correspondente à contraprestação que a entidade espera receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo com 5 fases, nomeadamente: (i) identificação de um contrato com um cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação de um preço de transação; (iv) alocação do preço de transação a obrigações de desempenho e (v) reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

O rédito é reconhecido líquido de impostos indiretos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.

3.18 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. A Empresa classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os ativos com maturidade inferior a três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende, também, os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos obtidos, quando aplicável.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As **atividades operacionais** englobam os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas **atividades de investimento** incluem, nomeadamente, os recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos tangíveis e os empréstimos concedidos a empresas do Grupo SATA.

As **atividades de financiamento** abrangem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e os empréstimos obtidos de empresas do Grupo SATA.

3.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data da demonstração da posição financeira, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício.

Os eventos ocorridos, após a data da demonstração da posição financeira, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras.

4 Políticas de gestão de risco financeiro

4.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da Empresa é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro e risco de crédito.

i. Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa resulta essencialmente do risco de crédito dos clientes e das restantes dívidas de terceiros, bem como das entidades financeiras onde a Empresa efetua os seus depósitos.

A SATA aplica a abordagem simplificada prevista na IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza uma expectativa de perdas esperadas para todas as contas a receber. Para medir as perdas de crédito esperadas, as contas a receber foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns e no vencimento. As taxas de perdas esperadas baseiam-se nos perfis de pagamento das vendas e serviços prestados ao longo de um período de 36 meses antes de 31 de dezembro de 2018 ou 2017, respetivamente, e das perdas de crédito históricas correspondentes verificadas durante este período. Decorrente da análise realizada, a taxa de perda de crédito esperada é muito reduzida e, conseqüentemente, os impactos decorrentes imateriais.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (*“on demand”*); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses. Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada, e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade.

ii. Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma centralizada pelo departamento financeiro do Grupo SATA, que gere os excessos e défices de liquidez de cada uma das empresas. As necessidades de tesouraria são cobertas pela manutenção de linhas de crédito negociadas com entidades bancárias.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso da dívida.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Empresa pelo líquido, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados:

	Menos de 1 ano
31 de dezembro de 2018	
Empréstimos obtidos:	
- empréstimos bancários	1 003 500
Fornecedores	4 961 601
Outras contas a pagar e outros passivos correntes	4 534 710
	10 499 811
	Menos de 1 ano
31 de dezembro de 2017	
Empréstimos obtidos:	
- empréstimos bancários	1 003 500
Fornecedores	1 875 427
Outras contas a pagar e outros passivos correntes	217 282
	3 096 209

iii. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos empréstimos com taxas de juro variáveis.

Análise de sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro:

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total da Empresa subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Tendo por referência a dívida líquida em 31 de dezembro de 2018 e 2017, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 10 mil Euros (2017: 9 mil Euros).

4.2 Gestão do risco de capital

O objetivo da Empresa em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital equilibrada.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de tesouraria.

5. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

5.1 Provisões (Nota 18)

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos: (a) por variação dos pressupostos utilizados; (b) pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e/ou (c) pela anulação futura de provisões, quando passem a classificar apenas como passivos contingentes.

5.2 Ativos tangíveis (Nota 6)

A determinação das vidas úteis e valor residual dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão.

5.3 Imparidades (Nota 9)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2017					
Custo de aquisição	296.058	812	186.929	67.465	551.264
Depreciações acumuladas	(285.783)	(812)	(155.231)	(62.685)	(504.511)
Valor líquido	10.275	-	31.698	4.780	46.753
Movimento de 2017					
Adições	1.105	-	5.700	10.109	16.914
Depreciação - exercício	(7.200)	-	(12.219)	(11.930)	(31.349)
Valor líquido	(6.095)	-	(6.519)	(1.821)	(14.435)
31 de dezembro de 2017					
Custo de aquisição	297.163	812	192.630	77.574	568.178
Depreciações acumuladas	(292.983)	(812)	(167.450)	(74.615)	(535.859)
Valor líquido	4.180	-	25.180	2.959	32.318

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	<u>Equipamento básico</u>	<u>Ferramentas e utensílios</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros ativos fixos tangíveis</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2018					
Custo de aquisição	297.163	812	192.630	77.574	568.178
Depreciações acumuladas	<u>(292.983)</u>	<u>(812)</u>	<u>(167.450)</u>	<u>(74.615)</u>	<u>(535.859)</u>
Valor líquido	<u>4.180</u>	<u>-</u>	<u>25.180</u>	<u>2.959</u>	<u>32.318</u>
Movimento de 2018					
Adições	1.947	-	13.954	659	16.560
Transferências e abates	-	-	(470)	-	(470)
Depreciação - exercício	(5.342)	-	(23.048)	(1.783)	(30.173)
Depreciação- transf. e abates	-	-	470	-	470
Valor líquido	<u>(3.395)</u>	<u>-</u>	<u>(9.094)</u>	<u>(1.124)</u>	<u>(13.613)</u>
31 de dezembro de 2018					
Custo de aquisição	299.110	812	206.114	78.233	584.268
Depreciações acumuladas	<u>(298.325)</u>	<u>(812)</u>	<u>(190.028)</u>	<u>(76.398)</u>	<u>(565.562)</u>
Valor líquido	<u>785</u>	<u>-</u>	<u>16.086</u>	<u>1.835</u>	<u>18.706</u>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matérias primas /Subsidiárias	1.097	1.485
Total inventários	<u>1.097</u>	<u>1.485</u>

O custo dos inventários reconhecidos em 2018 como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 5.696 Euros (em 2017: 5.979 Euros).

8. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Clientes	95.379	148.519
	<u>95.379</u>	<u>148.519</u>
Imparidade clientes	(90.921)	(125.171)
Total Clientes	<u>4.457</u>	<u>23.348</u>

Imparidade de Clientes

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A 1 de janeiro	125.171	120.397
Aumentos/Reduções	21.833	4.774
Utilizações	<u>(56.083)</u>	<u>-</u>
A 31 de dezembro	<u>90.921</u>	<u>125.171</u>

Os aumentos/reduções de imparidade de clientes estão reconhecidas na rubrica de Imparidade de contas a receber (perdas/reversões) da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

A utilização de perdas por imparidade antecipadamente registadas resulta do desconhecimento de dívidas de clientes cujos processos de insolvência terminaram, sem que a SATA tenha conseguido recuperar o montante em dívida.

9. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de outras contas a receber, é como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
DRPFE	982.790	564.606
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	375.834	562.101
Empresas do grupo (Nota 26)	11.684.277	2.241.977
Outros devedores	14.901	1.541
Acréscimo de rendimentos	-	140.366
Outras contas a receber	<u>13.057.802</u>	<u>3.510.591</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o acréscimo de rendimentos resulta da estimativa com o proveito a faturar à Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, referente ao mês de dezembro de 2017, no âmbito do contrato de concessão de serviços públicos aeroportuários de apoio à aviação civil. Em 31 de dezembro de 2018, os proveitos referentes ao contrato de concessão de serviços públicos aeroportuários, já se encontravam totalmente faturados.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante a receber da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas é referente a serviços prestados ao abrigo da concessão. Afetos à concessão, encontram-se ainda registados 982.790 Euros a receber da DRPFE relativos a serviços de construção e melhoramento dos aeródromos regionais. Adicionalmente, relativos a serviços de construção e melhoramento dos aeródromos regionais encontra-se registado um valor a pagar à Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas no montante de 4.323.248 Euros (Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2017, o montante a receber da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas inclui valores a receber referentes a serviços prestados ao abrigo da concessão no montante de 333.609 Euros, bem como 228.492 Euros relativos a serviços de construção e melhoramento dos aeródromos regionais. Encontram-se ainda registados 564.606 Euros a receber da DRPFE relativos a serviços de construção e melhoramento dos aeródromos regionais.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os serviços de construção e melhoramentos dos aeródromos regionais, com base nos valores previstos no protocolo celebrado entre a Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas e a Empresa, e os respetivos valores incorridos, recebidos e por receber/pagar, incluindo a receber da DRPEE, detalham-se como segue:

Ilha	<u>2018</u>				
	<u>Total previsto por protocolo</u>	<u>Total executado</u>	<u>Total recebido</u>	<u>Ajustamentos</u>	<u>A pagar</u>
Pico	9.886.113	9.058.357	(9.635.869)	-	(577.511)
S. Jorge	29.953.544	29.000.057	(29.734.296)	-	(734.239)
Flores	886.877	674.973	(806.917)	-	(131.944)
Corvo	7.735.715	4.518.315	(4.954.425)	-	(436.110)
Graciosa	9.557.716	3.878.687	(5.339.340)	-	(1.460.653)
Compensações adicionais	-	328.878	-	(328.878)	-
	<u>58.019.964</u>	<u>47.459.267</u>	<u>(50.470.847)</u>	<u>(328.878)</u>	<u>(3.340.458)</u>

Ilha	2017			
	Total previsto por protocolo	Total executado	Total recebido	Por receber
Pico	9.484.506	8.522.180	(8.715.266)	(193.085)
S. Jorge	29.827.937	28.907.523	(26.290.316)	2.617.207
Flores	826.877	674.973	(746.917)	(71.944)
Corvo	7.646.215	2.268.552	(3.455.671)	(1.187.118)
Graciosa	6.261.164	3.249.961	(3.950.800)	(700.839)
Compensações adicionais	-	328.878	-	328.878
	54.046.698	43.952.067	(43.158.969)	793.098

10. Outros ativos correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de outros ativos correntes, é como se segue:

	2018	2017
Gastos diferidos	12.585	7.266
Estado e Outros Entes Públicos - IVA	77.103	99.718
Outros ativos correntes	89.688	106.984

11. Imposto sobre o rendimento a receber / pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento a pagar e a receber respetivamente, são como segue:

	2018	2017
Pagamentos por conta	26.528	25.427
Retenções na fonte	9	14
Estimativa de IRC (Nota 24)	(163.349)	(2.061)
Total	(136.812)	23.379

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2018	2017
Depósitos à ordem	50.274	45.347
Depósitos a prazo	25.000	25.000
Caixa e equivalentes de caixa	75.274	70.347

13. Capital e Reservas

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Empresa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 50.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pela SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2018 e 2017 a reserva legal encontra-se totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

Resultados acumulados

Por deliberação da Assembleia Geral da Empresa, o resultado líquido negativo do exercício findo a 31 de dezembro de 2017, no montante de 221.696 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados acumulados na sua totalidade.

14. Empréstimos obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários - Santander (conta caucionada)	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-	1.000.000
	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-	1.000.000
Acréscimo de juros	3.500	-	3.500	3.500	-	3.500
	1.003.500	-	1.003.500	1.003.500	-	1.003.500

De salientar que a totalidade dos empréstimos obtidos foi negociada com taxas de juro variáveis e em euros.

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos de fornecedores apresentam-se como se segue:

	2018	2017
Fornecedores c/c	4.961.601	1.875.124
Faturas em receção e conferência	-	303
	4.961.601	1.875.427

A variação observada no saldo de fornecedores decorre do aumento do total de obras executado no âmbito dos serviços de construção e melhoramentos dos aeródromos regionais, face ao ano transato.

16. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	2018	2017
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas (Nota 9)	4.323.248	-
Remunerações a liquidar	76.656	69.056
Outros acréscimos de gastos	32.610	47.286
Outros	76.948	71.336
Total outras contas a pagar	4.509.462	187.678

A 31 de dezembro de 2018 a Empresa apresenta um montante a pagar à Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, pelo facto de o montante recebido no âmbito dos serviços de construção e melhoramento dos aeródromos regionais ter sido superior ao montante executado (Nota 9).

17. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica de outros passivos correntes é como segue:

	2018	2017
Estado e outros entes públicos	25.248	29.604
Total outros passivos correntes	25.248	29.604

18. Provisões

No decurso dos exercícios de 2018 e 2017 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	2018	2017
A 1 de janeiro	-	-
Dotação	80.000	-
Redução	-	-
A 31 de dezembro	80.000	-

As dotações /reduções de provisões estão reconhecidas na rubrica de provisões (aumentos/reduções) da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

O montante constituído em 2018 é referente a processos interpostos pela ANAC, sobre os quais existe uma expectativa que seja necessário o dispêndio de recursos internos.

19. Serviços prestados

O montante de prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2018	2017
Prestação de Serviços		
Taxas Aeroportuárias	1 462 793	1 522 209
Serviços de gestão	3 613 168	1 481 913
Total Prestação de Serviços	5 075 961	3 004 122

A variação verificada nos serviços de gestão é referente a um acerto de inflação efetuado em 2018 sobre os valores a receber da exploração, referentes a anos anteriores.

20. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Vigilância e segurança	972.235	982.960
Conservação e reparação	718.976	510.581
Cedência de pessoal	331.610	355.375
Limpeza, higiene e conforto	137.978	109.825
Eletricidade	110.135	103.089
Taxas de tráfego	61.000	61.000
Seguros	37.372	43.060
Honorários	36.121	23.620
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	28.623	10.862
Água	24.858	24.430
Combustíveis	24.630	29.461
Outros fluídos	20.618	7.953
Comunicações	16.217	14.039
Trabalhos especializados	14.479	29.219
Renda e alugueres	8.469	16.497
Deslocações e estadas	7.706	13.363
Outros	5.571	24.777
Fornecimentos e serviços externos	2.556.598	2.360.112

A variação na rubrica de conservação e reparação está diretamente relacionada com o aumento do total de obras executado no âmbito dos serviços de construção e melhoramentos dos aeródromos regionais, face ao ano transato.

21. Gastos com o pessoal

Os custos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2018 e 2017, foram como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações		
Pessoal	552.818	465.326
Sub-total	552.818	465.326
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	120.420	104.026
Outros	31.528	61.611
Sub-total	151.948	165.637
Gastos com o pessoal	704.766	630.963

O número médio de empregados da Empresa encontra-se detalhado no Relatório de Gestão.

22. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros custos operacionais é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos	7.868	15.608
Outros	10.224	3.965
Total outros gastos e perdas	18.091	19.573

23. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gastos financeiros		
Juros empréstimos	44.736	110.567
Comissões, taxas e outros	43.351	41.898
	88.087	152.465
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos (Nota 26)	453.154	-
Outros	43	70
	453.197	70

Os juros obtidos decorrem do débito de juros às empresas do Grupo, SATA Internacional e SATA Air Açores, por conta de empréstimos concedidos para apoio de tesouraria, os quais venceram juros durante o exercício a taxas normais de mercado (Nota 26).

24. Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto s/ rendimento corrente (Nota 11)	163.349	2.061
Excesso/insuficiência estimativa imposto	2.436	(3.267)
Regularização PEC	-	24.139
Imposto sobre o rendimento	<u>165.785</u>	<u>22.934</u>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado antes de Imposto	2.023.943	(198.762)
Taxa de Imposto	18,3%	16,8%
	<u>370.382</u>	<u>(33.392)</u>
Tributação autónoma/imposto a pagar	675	2.061
Excesso/insuficiência estimativa imposto	2.436	(3.267)
Diferenças permanentes	1.187	-
Diferenças temporárias sem imposto diferido	31.088	33.392
Anulação PEC anos anteriores	-	24.139
Dedução de prejuízos fiscais s/ Imposto diferido	<u>(239.983)</u>	<u>-</u>
Imposto s/ rendimento	<u>165.785</u>	<u>22.934</u>
Taxa efetiva de imposto	8,2%	-11,5%

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	0,00%
	<u>18,30%</u>	<u>16,80%</u>

Prejuízos fiscais

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados de 2014 a 2016, e a partir de 2017 são reportáveis durante um período de doze e cinco anos, respetivamente, após a sua ocorrência, e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 70% do lucro tributável nos exercícios seguintes.

Os prejuízos fiscais sobre os quais a SATA considera, em 31 de dezembro de 2018, existir incerteza quanto à capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, e como tal sem imposto diferido ativo, tendo em atenção a data limite de utilização, detalham-se conforme segue:

Exercício do prejuízo fiscal	Prejuízos fiscais a 31 de dezembro de 2018	Ano limite para dedução
2014	210.440	2026
2015	1.073.170	2027
2017	236.712	2022
Total	1.520.322	

25. Contingências

Garantias bancárias

A SATA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Início	2018	2017
Secretaria Regional Economia	30-06-2005	696 537	696 537
		696 537	696 537

As garantias prestadas à Secretaria Regional da Economia foram efetuadas ao abrigo do contrato de concessão.

Ativos e Passivos contingentes

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não apresenta ativos ou passivos contingentes passíveis de divulgação.

26. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa é controlada pela SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. que detém 100% do capital da empresa. O último acionista do Grupo SATA é a Região Autónoma dos Açores.

Saldos e Transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações, com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2018 e 2017, são como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras contas a receber (Nota 9)		
Sata Air Açores	7.052.968	1.614.219
Sata Internacional	4.631.309	552.307
Sata SGPS	-	75.451
	<u>11.684.277</u>	<u>2.241.977</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços prestados		
Sata Air Açores	595.823	581.225
Sata Internacional	130.825	111.893
	<u>726.648</u>	<u>693.118</u>
Compras de serviços		
Sata Air Açores	216.468	222.682
Sata Internacional	176.151	193.611
Sata SGPS	5.000	1.634
	<u>397.620</u>	<u>417.927</u>
Rendimentos financeiros (Nota 23)		
Sata Air Açores	346.174	-
Sata Internacional	106.980	-
	<u>453.154</u>	<u>-</u>

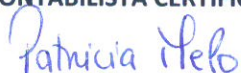
Em 31 de dezembro de 2018, os valores a receber da SATA Internacional e SATA Air Açores no montante de 11.684.277 Euros, resultam de empréstimos concedidos para apoio de tesouraria, acrescidos de juros que se venceram a taxas normais de mercado.

As restantes transações efetuadas com as empresas do Grupo SATA foram realizadas em condições normais de mercado.

27. Eventos subsequentes

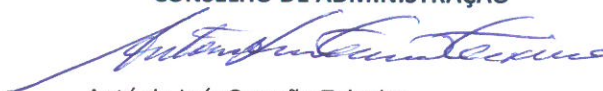
O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

CONTABILISTA CERTIFICADA



Patrícia Maria de Amaral Barroso Melo

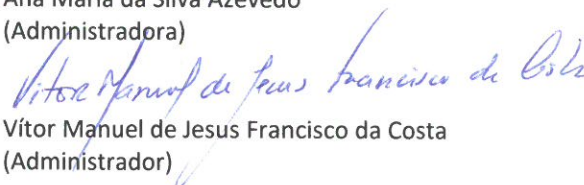
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



António Luís Gusmão Teixeira
(Presidente)



Ana Maria da Silva Azevedo
(Administradora)



Vítor Manuel de Jesus Francisco da Costa
(Administrador)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de SATA – GESTÃO DE AERÓDROMOS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 13.247.471 euros e um total de capital próprio de 2.530.848 euros, incluindo um resultado líquido de 1.858.158 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração da alteração dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria apresentada na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de SATA – GESTÃO DE AERÓDROMOS, S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com Reservas

Em 31 de dezembro de 2018 encontra-se registado um valor de 11.684 milhares de euros referente a contas a receber do Grupo SATA, decorrente essencialmente de empréstimos concedidos no corrente exercício, conforme divulgado nas notas 9 e 26 do anexo às demonstrações financeiras. Atendendo à atual incerteza decorrente dos fatores de risco operacional e financeiro associados às alterações da atividade do transporte aéreo e modelo de negócio, de privatização e de refinanciamento do Grupo SATA, consideramos que os referidos ativos se encontram sobreavaliados por um montante que, nas atuais circunstâncias, não nos é possível quantificar com razoável grau de segurança.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Em 31 de dezembro de 2018 as demonstrações financeiras da SATA – Gestão de Aeródromos, S.A. apresentam um ativo corrente superior ao passivo corrente em 2.592 milhares de euros. No entanto, considerando a situação mencionada na secção “Bases para a opinião com reservas”, os passivos correntes seriam superiores aos ativos correntes deduzidos dos empréstimos concedidos ao Grupo SATA em 9.092 milhares de euros. Conforme divulgado na nota 2.1 do anexo contendo as notas explicativas, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista e da realização dos seus ativos. Deste modo, as demonstrações financeiras não incluem qualquer ajustamento inerente à possibilidade de se vir a constatar que o pressuposto da continuidade não foi apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 23 de Abril de 2019



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.

Representada por Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC N.º1365)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n° 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n° 1365)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2018

Senhor Acionista:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n° 1 do Artigo 420° do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da SATA - Gestão de Aeródromos, S.A., relativos ao exercício de 2018.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2018, a atividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o n° 1 do Artigo 452° do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420° do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;
- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 23 de Abril de 2019

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SATA – Gestão de Aeródromos, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 13.247.471 euros e um total de capital próprio de 2.530.848 euros, incluindo um resultado líquido de 1.858.158 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração da alteração dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria apresentada na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SATA – Gestão de Aeródromos, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2018 encontra-se registado um valor de 11.684 milhares de euros referente a contas a receber do Grupo SATA, decorrente essencialmente de empréstimos concedidos no corrente exercício. Atendendo à atual incerteza decorrente dos fatores de risco operacional e financeiro associados às alterações da atividade do transporte aéreo e modelo de negócio, da privatização e do refinanciamento do Grupo SATA, consideramos que os referidos ativos se encontram sobreavaliados por um montante que, nas atuais circunstâncias, não nos é possível quantificar com razoável grau de segurança, assim como concluir sobre o seu momento de realização.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Em 31 de dezembro de 2018 as demonstrações financeiras da SATA – Gestão de Aeródromos, S.A. apresentam ativos correntes, deduzidos dos empréstimos concedidos ao Grupo SATA (divulgado na nota 26 do anexo contendo as notas explicativas), inferiores aos passivos correntes em 9.093 milhares de euros. No entanto, conforme divulgado na nota 2.1 do anexo contendo as notas explicativas, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual se

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

encontra dependente do apoio financeiro do acionista e da realização dos seus ativos. Deste modo, as demonstrações financeiras não incluem qualquer ajustamento inerente à possibilidade de se vir a constatar que o pressuposto da continuidade não foi apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.


Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

23 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, R.O.C.